

SISTEMA FAEP



**Mala Direta
Postal**
9912288584/2011-DR/PR
FAEP
CORREIOS

BOLETIM

INFORMATIVO

A revista do Sistema

Ano XXVII nº 1221 - 24/06/2013 a 30/06/2013

Tiragem desta edição 24.000 exemplares

INVASÕES INDÍGENAS

CAMPO MOBILIZADO!

FAEP

A reunião das
Comissões Técnicas

Suinocultura

Levantamento
dos custos

Entrevista

O retrato da
logística

Aos Leitores



O Brasil acordou no campo e na cidade. O desrespeito ao legítimo direito constitucional à propriedade foi e vem sendo atingido por invasões de indígenas. Os índios, na verdade, são massa de manobra de radicais plantados na Funai, que, mediante laudos antropológicos sem fundamento, deseja demarcar propriedades devidamente tituladas. No dia 14, em quatorze estados, os produtores fizeram manifestações pelo direito à propriedade e o fim das invasões. Os pontos altos foram em Guaíra, no Paraná, e no entrocamento das BRs 163/267, no Mato Grosso do Sul, a 120 quilômetros de Campo Grande. Em Guaíra, o lema foi “Parada Rural; no MS foi “Onde tem Justiça, tem Espaço para todos”.

Enquanto isso, movidos por redes sociais, como o Facebook e Twitter, milhares de brasileiros foram às ruas de diversas cidades do país. O que começou como uma reivindicação de passe livre, se ampliou com manifestações contra a corrupção, contra gastos superfaturados em estádios da Copa do Mundo, melhor educação, saúde e transporte. Pelo jeito, o Brasil não apenas acordou, também está mudando.

Índice

Nota FAEP	03
Comissões	04
Suínocultura	06
Logística	18
Artigo	20
Entrevista	22
Capa	24
Calcário Líquido	34
Notas/FUNDEPEC	35
Posses	36
Via Rápida	38

Fotos: Adriano Rima, Fernando Santos, Milton Dória, Gilson Abreu, Arquivo FAEP e Divulgação

Expediente

FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 | www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Ivo Polo, Francisco Carlos do Nascimento, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Lisiane Rocha Czech **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santarozza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

SENAR-PR | Administração Regional do Estado do PR

R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 | www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette - FAEP | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santarozza, Paulo José Buso Junior e Jairo Correa de Almeida | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

Boletim Informativo | Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon
Editor: Hélio Teixeira | **Redação:** Hemely Cardoso, Katia Santos e Valtemir Soares Jr. |
Projeto Gráfico e Diagramação: Diogo Figuel

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

“Não somos contra os índios. Mas repudiamos as ações da Funai”

No último dia 14 foram realizadas manifestações a respeito das invasões indígenas em propriedades no Paraná e em outros estados. Num alerta distribuído a todas as lideranças sindicais rurais do estado e para a imprensa, o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, pediu que essas iniciativas fossem realizadas “de forma pacífica e ordeira”. O que acabou ocorrendo (veja pág. 24).

Depois das ações das federações da agricultura, principalmente da FAEP e da FAMASUL (Mato Grosso do Sul), o governo federal recuou de sua posição e decidiu modificar o rito de demarcações de áreas indígenas. No Paraná, inclusive, os processos foram suspensos e a Embrapa reconheceu oficialmente a desonestidade das demarcações pretendidas pela Funai.

“Em consequência, creio que as manifestações ocorreram sem que houvesse a perturbação da vida das outras pessoas e a sociedade compreendeu que o desejo do nosso setor é produzir e manter o campo em paz, o que não é objetivo comprovadamente das ações da Funai, o que repudiamos”, disse Ágide.

O índio, na verdade, ponderou o presidente da FAEP, “é um brasileiro carente, como tantos, que está sendo usado como massa de manobra pela militância que se instalou na FUNAI e que comanda ONGs interessadas em estabelecer confusão na área rural”.

“Ao se manifestar pelo direito à propriedade previsto na Constituição, de forma ordeira, os produtores deram demonstrações de civilidade e respeito à democracia”, finalizou Ágide parabenizando os produtores.

Sem a agricultura o “Pibinho” seria negativo

Pronunciamento do presidente Ágide Meneguette, do Sistema FAEP, no “Encontro das Comissões Técnicas e Lideranças Sindicais da FAEP”



Ao aceitar o pontificado, meses atrás, o Papa Francisco observou que o foram buscar “no fim do mundo”, a Argentina. É claro, a conotação, no caso, era meramente geográfica. Mas nós também estamos no fim do mundo. Afinal, somos vizinhos dos “hermanos”.

Se olharem para o globo terrestre, verão que o Brasil, em especial o Sul do Brasil, fica longe de tudo, a milhares de quilômetros dos principais mercados mundiais.

Além disso, país continental, cada pedaço do Brasil fica longe de muitos outros pedaços do próprio Brasil. Uma viagem por terra para nossa capital – Brasília – é, na verdade, uma jornada que muitos dos nossos conhecem muito bem,

porque já foram lá várias vezes, defender seus legítimos interesses, como no memorável “tratoço” e na votação do Código Florestal. Que dirão os audaciosos que vão desbravar o Centro-Oeste ou a Amazônia.

Estar longe de tudo significa que a logística representa um papel crucial nas nossas relações comerciais, quer internas ou internacionais.

E este país tem se descuidado tanto de nossos portos, rodovias, ferrovias, hidrovias, aeroportos, armazéns, comunicações, que hoje pagamos um preço amargo para comercializar e transportar nossa produção agropecuária.

Somente agora se procura dar uma solução à ques-

Foi preciso uma safra recorde, um congestionamento gigantesco de caminhões e navios, um transtorno colossal para que o governo finalmente abrisse os olhos. E ainda veremos muitas safras se deteriorando em estrangulamentos, porque até arrumar o estrago que o desleixo oficial criou vai levar muito tempo.

tão portuária, depois de anos e anos de alertas sem que as autoridades dessem a mínima atenção.

Foi preciso uma safra recorde, um congestionamento gigantesco de caminhões e navios, um transtorno colossal para que o governo finalmente abrisse os olhos. E ainda veremos muitas safras se deteriorando em estrangulamentos, porque até arrumar o estrago que o desleixo oficial criou vai levar muito tempo.

O Brasil é um país com volumes enormes de produção agrícola e pecuária. A somatória de grãos, de cana de açúcar, de mandioca, de frutas, de carnes, de madeira, da movimentação diária de hortigranjeiros e do que é usado para produzir tudo isso, montanhas de calcário e fertilizantes, chegando próximo da casa do bilhão de toneladas.

E tudo isso e os seus derivados vão para longe e vem de longe. Sem rodovias em condições – quando elas existem – sem as ferrovias e as hidrovias – que não existem –, tudo fica mais difícil, mais caro para quem produz e que acaba sofrendo

pelos depreciações pelo que vende. Recentemente, o próprio presidente da Empresa Brasileira de Logística do governo federal, Bernardo Figueiredo, reconheceu que temos um potencial de produção agrícola grande e que não se realiza por falta de infraestrutura. Ele estava se referindo ao crescimento do PIB agrícola do primeiro trimestre deste ano, de 9,7%, sem o qual o “pibinho” do Brasil teria sido negativo.

País que fica longe de tudo tinha que ocupar-se muito mais com as suas vias de transporte e comunicação e não deixar as coisas ao “Deus dará” como vem ocorrendo.

O governo tenta, agora, no desespero, dar uma resposta a essas demandas e promete muita coisa. As rodovias e ferrovias planejadas parecem uma maçaroca de linhas, tal a quantidade de rotas desenhados nos mapas da Empresa Brasileira de Logística, que o governo pretende leiloar em concessão. Como não tem dinheiro, já que gasta mal, o governo quer que a iniciativa privada se encarregue de resolver o que ele não conseguiu até agora.

É tão importante esta questão da logística que, este ano, a palestra de abertura de nossa reunião anual das comissões técnicas e de lideranças sindicais rurais trata do assunto. Trouxemos para falar para vocês um especialista em agronegócio, um técnico renomado, o doutor Marcos Jank, do Instituto Ícone, e que até pouco tempo foi o presidente do grupo Única, grande produtor de açúcar e álcool de São Paulo.

O tema serve também para nos atualizarmos sobre o estudo de tarifas ferroviárias e rodoviárias – outro problema sério – com a doutora Priscila Biancarelli Nunes, da Esalq-Log, da Universidade de São Paulo (USP).

Também aceitou nosso convite o doutor Neri Geller, Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, que vai nos explicar detalhes da Política Agrícola do governo federal para a safra 2013/2014, anunciado pela presidente da República.

O secretário da Agricultura Norberto Ortigara vai fechar este nosso encontro.

Há anos a FAEP vem se preocupando com problemas de logística, batendo na mesma tecla junto aos governos. Acho que aos poucos vamos obtendo algum resultados, nem que para isso seja preciso que primeiro haja o caos em nossos portos, rodovias, ferrovias e aeroportos.

As mudanças aprovadas recentemente para os portos indica um bom começo. Tomara que seja realmente um começo e não um espasmo que nos leve a nada.

Levantamento da FAEP: Custos de produção da suinocultura / abril 2013.

Por Celso Doliveira, médico veterinário do DTE/FAEP



O levantamento dos custos de produção realizado pela FAEP nesse primeiro semestre de 2013, coordenado pelo assessor Ademir Francisco Giroto demonstrou que, para os produtores que atuam na suinocultura nos seis sistemas de produção (ciclo completo, unidades produtoras de desmamados, de leitões e de terminados, integrados e independentes) e nas três regiões, (campo gerais, Sudoeste e Oeste) pesquisadas, os preços praticados em abril de 2013, com algumas poucas exceções, não estão remunerando os custos totais de produção. Analisaremos a seguir os diferentes sistemas de produção para avaliar caso a caso.

Ciclo Completo

O sistema de produção de ciclo completo é aquele em que o produtor é responsável por todas as etapas da produção de suínos desde a cobertura das matrizes, passando pela produção

dos leitões, a recria destes e a engorda até o peso ideal de abate. Nesse sistema de produção e na média geral das três regiões investigadas (Campos Gerais, Sudoeste e Oeste) o custo variável representa aproximadamente 95% do custo total de produção. O custo variável envolve todos os desembolsos financeiros do produtor como a aquisição de alimentos e medicamentos, pagamento de funcionários, de energia elétrica, dentre outros.

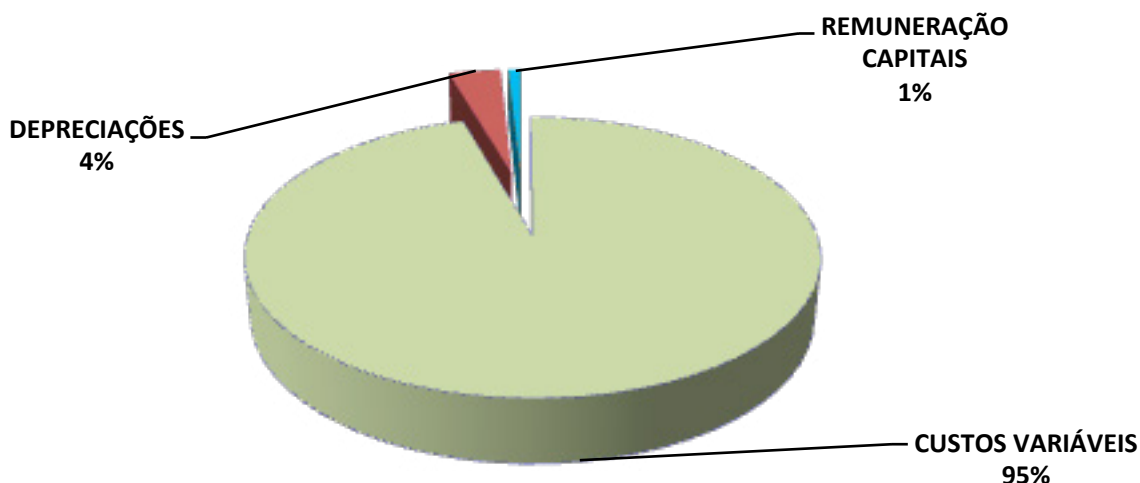
O custo com depreciações são os valores que embora não sejam desembolsados imediatamente devem ser calculados pois são os valores que, desconsiderados, no médio e longo prazo colocam em risco a viabilidade do produtor permanecer na atividade. Na média das regiões levantadas no estado as depreciações representam aproximadamente 4% dos custos totais de produção. A terceira categoria de custo, a remuneração de capitais investidos nas instalações, equipamentos, animais e capital de giro, são valores que no longo prazo viabilizariam condições para o produtor reinvestir na atividade, especialmente buscando

adotar novas tecnologias para manter níveis elevados de produtividade e competitividade.

Existem ainda, segundo alguns autores, os custos operacionais que somam os custos variáveis e as depreciações. Esse custo representa a sustentabilidade econômica da atividade. Preços pagos pelos produtos que não remunerem os custos

operacionais pode inviabilizar a atividade no médio e longo prazo. Essa situação se repetida por períodos dilatados não remunera o capital investido pelo produtor em instalações, equipamentos e capital de giro necessários para “tocar” a atividade adiante. Isto pode levar o produtor a aplicar seus recursos em capital e trabalho em outra atividade.

Distribuição dos Diferentes Custos do Sistema de Produção Ciclo Completo média do Paraná em Abril de 2013.

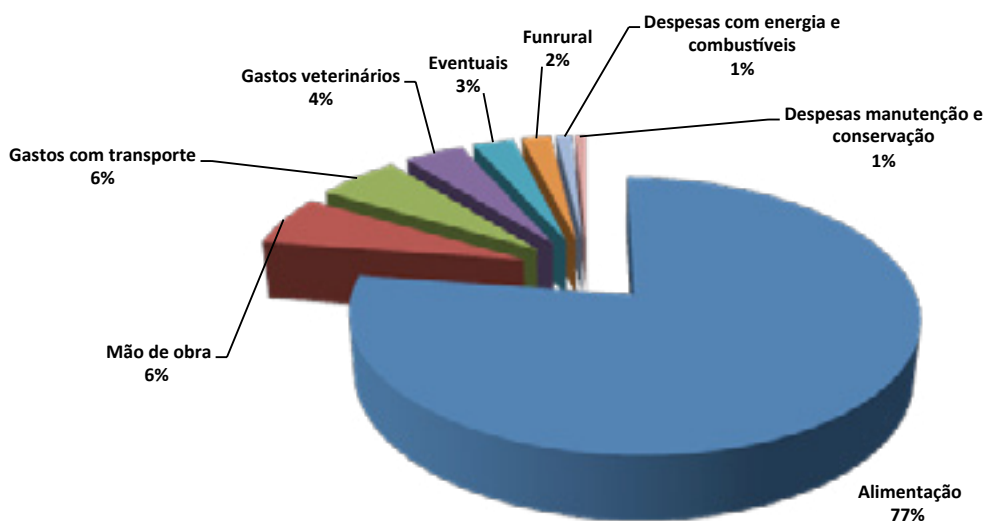


Fonte: FAEP

O gráfico abaixo distribui percentualmente os principais custos variáveis sobre o custo total sobre a média das três regiões levantadas em abril de 2013. Observamos que no sistema de produção por ciclo completo a alimentação tem a maior representatividade

com 77% dos custos. Os gastos com mão de obra e transporte de animais, alimentos e dejetos juntos representam aproximadamente 11,5%. Os gastos com produtos veterinários que também tem importância significativa representam 4% dos custos totais.

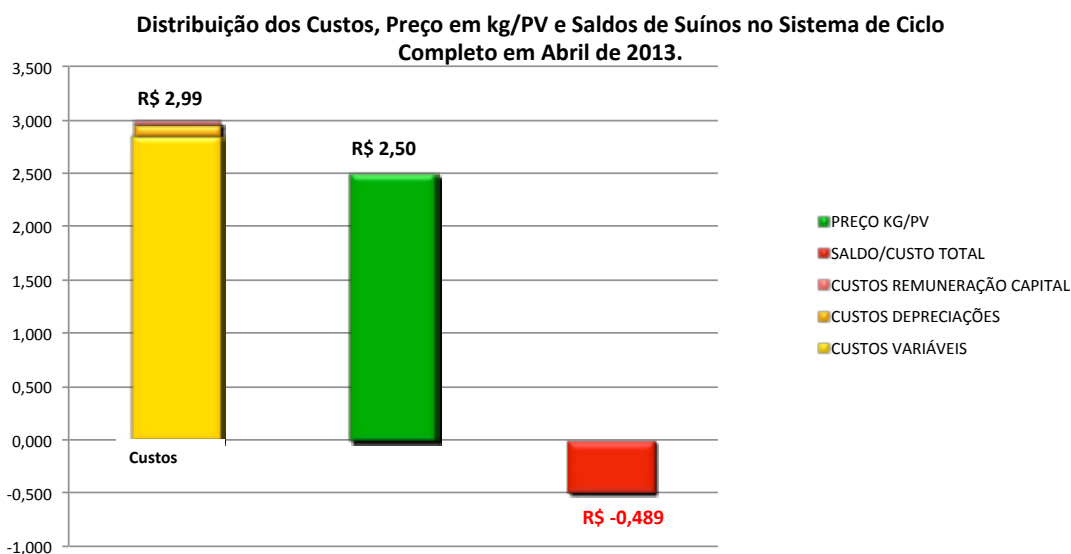
Distribuição dos Custos Variáveis Sobre o Custo Total do Sistema de Produção Ciclo Completo de Suínos em Abril de 2013.



Fonte: FAEP

Os custos variáveis, que envolvem todos os desembolsos financeiros do produtor não estão sendo cobertos pelos preços de R\$ 2,50 pagos pelo kg de suíno vivo. O suinocultor

está acumulando um prejuízo de R\$ 0,49/kg de suíno sobre os custos totais o que significa em média quase R\$ 50,00 por animal encaminhado ao abate.

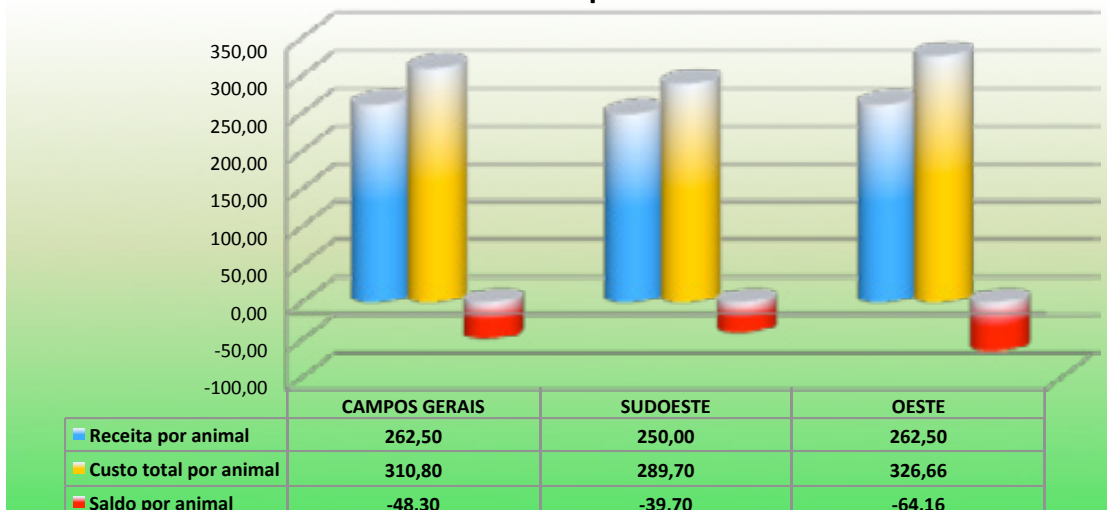


Fonte: FAEP

Esses prejuízos sobre os custos totais, onde estão incorporados os custos da sustentabilidade econômica da atividade são de R\$ 48,30 por animal nos Campos Gerais, R\$ 39,70 no Sudoeste e de R\$ 64,16 no Oeste do estado, como demonstra o gráfico abaixo. Estas perdas não seriam preocupantes se fossem por períodos curtos e esporádicos, porém

no levantamento de agosto do ano passado, no auge da crise, apenas na região dos Campos Gerais os preços suplantaram os custos variáveis. Nas regiões Oeste e Sudoeste, no mesmo mês, no sistema de produção de ciclo completo, os preços pagos ao produtor foram menores que os custos variáveis e totais.

Distribuição da Receita, Custo Total e Saldo por Animal Comercializado no Ciclo Completo em Abril de 2013.



Fonte: FAEP

UNIDADES PRODUTORAS DE DESMAMADOS – UPD

As unidades produtoras de desmamados são um sistema de produção muito presente nas regiões Oeste e Sudoeste, o que motivou a FAEP a incluir esse sistema

de produção no levantamento de custos de produção da suinocultura. Nesse sistema os leitões são comercializados na desmama aos 7 kg de peso vivo. A tabela abaixo discrimina os custos das UPDs nas regiões investigadas em abril de 2013 e demonstra que os custos na região Oeste são aproximadamente 8,5% mais altos em comparação com os da região Sudoeste .

FAEP ABRIL / 2013

UPD

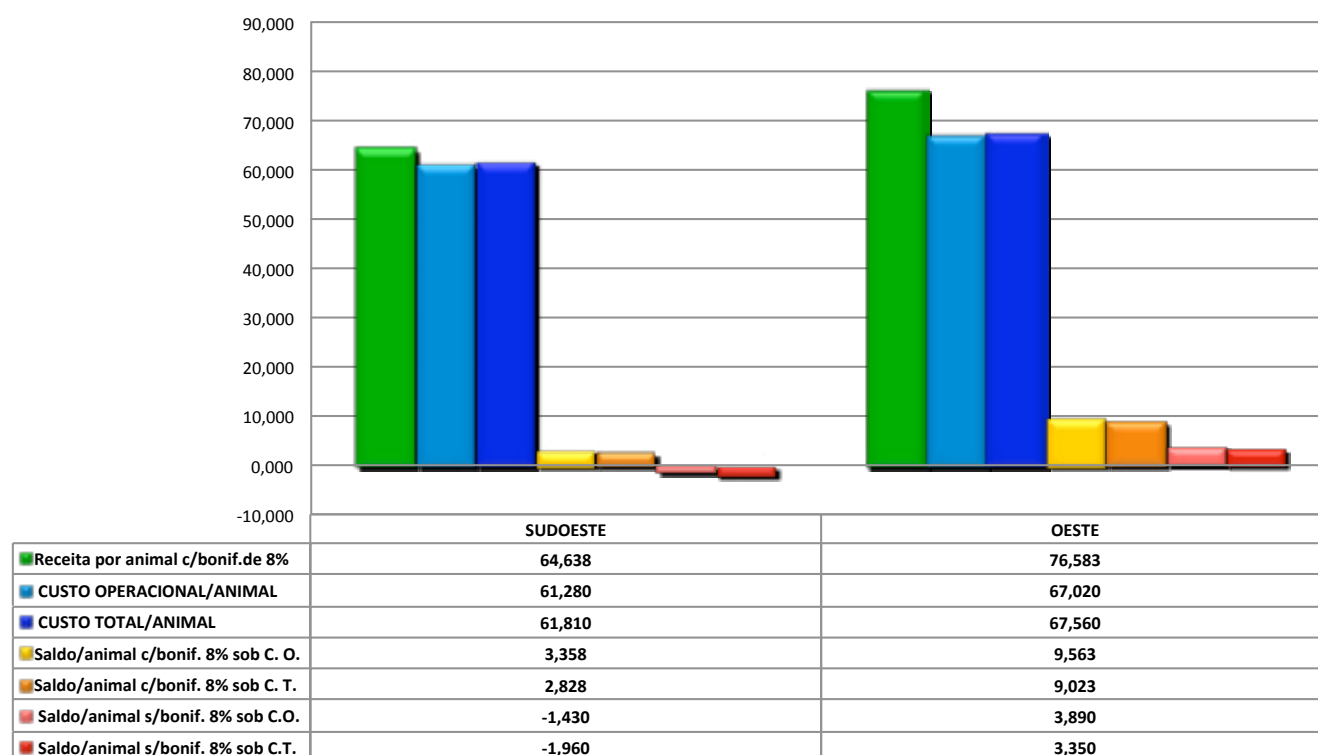
PARANÁ /REGIÕES	SUDOESTE	OESTE
Peso de Venda (kg)	7	7
1. CUSTOS VARIÁVEIS	R\$ / Animal	R\$/Animal
1.1 - Alimentação	26,510	32,160
1.2 - Mão-de-obra	5,240	6,290
1.3 - Gastos veterinários	12,600	10,350
1.4 - Gastos com transporte	1,100	0,920
1.5 - Despesas com energia e combustíveis	1,260	1,860
1.6 - Despesas manutenção e conservação	1,730	1,800
1.7 - Funrural	1,380	1,630
1.8 - Eventuais	1,450	1,600
TOTAL CUSTOS VARIÁVEIS	51,270	56,610
2. CUSTOS FIXOS		
2.1 - DEPRECIACÕES		
2.1.1 - Depreciação das instalações	2,080	2,160
2.1.2 - Depreciação equipamentos e cercas	7,930	8,250
TOTAL DEPRECIACÕES	10,010	10,410
2.2 - OUTROS CUSTOS FIXOS		
2.2.1 - Rem. do capital médio/inst. e equiptos.	0,290	0,300
2.2.2 - Remuneração sobre reprodutores	0,120	0,100
2.2.3 - Remuneração sobre Capital de Giro	0,120	0,140
TOTAL OUTROS CUSTOS FIXOS	0,530	0,540
TOTAL CUSTOS FIXOS	10,540	10,950
CUSTO OPERACIONAL (1 + 2.1)	61,280	67,020
CUSTO TOTAL (1 + 2)	61,810	67,560

Os preços praticados pelo leitão desmamado são de R\$ 8,55 e R\$ 10,13 para a região Sudoeste e Oeste respectivamente com uma diferença de 15% a mais para a região Oeste compensando seus custos mais altos.

Porém nas duas regiões são pagos 8% de bonificação em função da qualidade dos animais. O gráfico abaixo apresenta a distribuição dos custos operacional e total, os preços pagos com a bonificação e os saldos sobre o custo total e operacional com e sem bonificação. Conclui-se que os produtores da região Su-

doeste que não recebem bonificação, os preços pagos pelo leitão desmamado não é suficiente para cobrir os custos operacional e total, deixando o produtor em condição desfavorável em relação à sustentabilidade econômica da atividade. Já na região Oeste os melhores preços e a bonificação resultam numa condição mais favorável ao produtor garantindo uma margem de 5% sob o custo total. Esta pequena margem dará condições para o produtor manter os níveis de investimentos necessários para adotar novas tecnologia e manter sua competitividade.

Distribuição dos Preços Bonificados, Custos Total e Operacional e Respectivos Saldos com e sem Bonificação por Leitão Desmamado Comercializado pelas UPD nas Regiões de Sudoeste e Oeste do Paraná em Abril de 2013



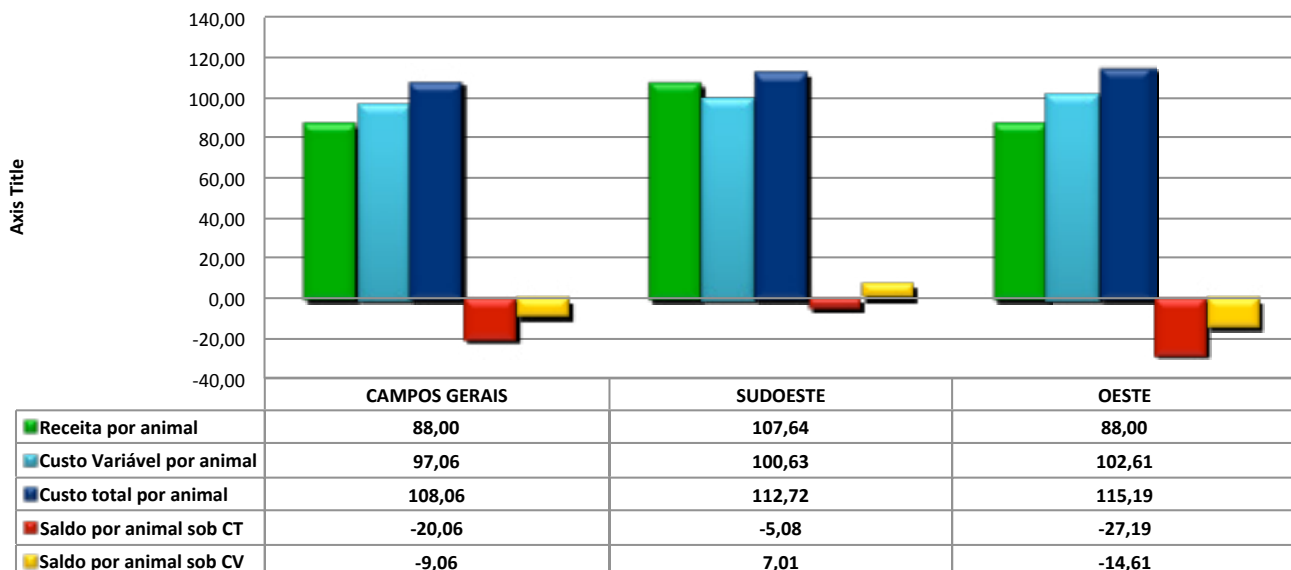
Fonte: FAEP

UNIDADES PRODUTORAS DE LEITÃO – UPL

O sistema de produção das unidades produtoras de leitão – UPL também foram pesquisadas em três regiões do estado: Campos Gerais, Sudoeste e Oeste. A UPL tem como principal produto os leitões recém-desmamados que são comercializados com

22 kg nas regiões dos Campos Gerais e Oeste e com 23 kg no Sudoeste. Nesse sistema produtivo o suinocultor está tendo dificuldade em remunerar a atividade positivamente. Como demonstra o gráfico na pág 11, com exceção da região Sudoeste que teve um saldo positivo sobre o custo variável nas outras regiões o produtor está trabalhando no vermelho.

Distribuição dos Preços, Custos Total e Variável e Respectivos Saldos por Leitão Comercializado pelas UPL nas Regiões de Campos Gerais, Sudoeste e Oeste do Paraná em Abril de 2013

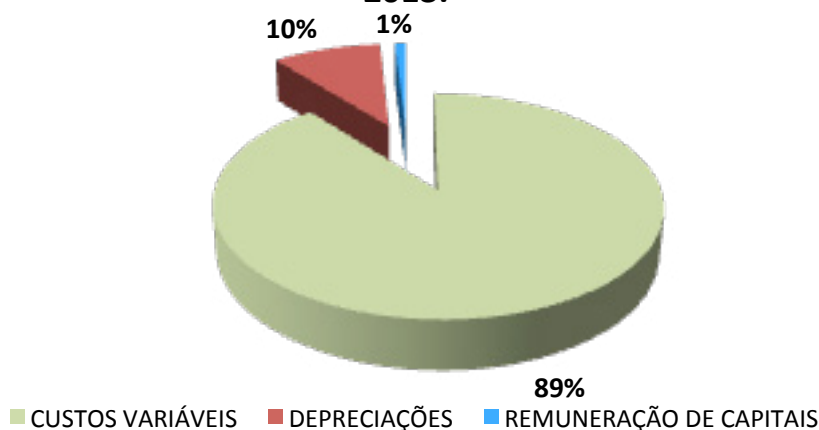


Fonte: FAEP

Este saldo positivo na região Sudoeste se justifica porque a região recebeu aproximadamente 15% a mais no preço do kg de leitão, R\$ 4,68/kg em comparação com as outras regiões onde a maioria dos produtores que receberam apenas R\$ 4,00/kg. Além disso, a região Sudoeste está conseguindo comercializar os leitões com peso médio de 23 kg por leitão contra 22 kg nas outras regiões. Abaixo a distribuição dos cus-

tos demonstra que os custos variáveis significam em torno de 6% a menos nas unidades produtoras de leitão em relação ao ciclo completo, porém as depreciações das instalações tem uma participação maior que 10%, isso representa quase o dobro em relação ao outro sistema de produção. Também indica, que os investimentos em instalações e equipamentos têm maior representatividade.

Distribuição dos Diferentes Custos Médios das Unidade Produtora de Leitão do Paraná em Abril de 2013.

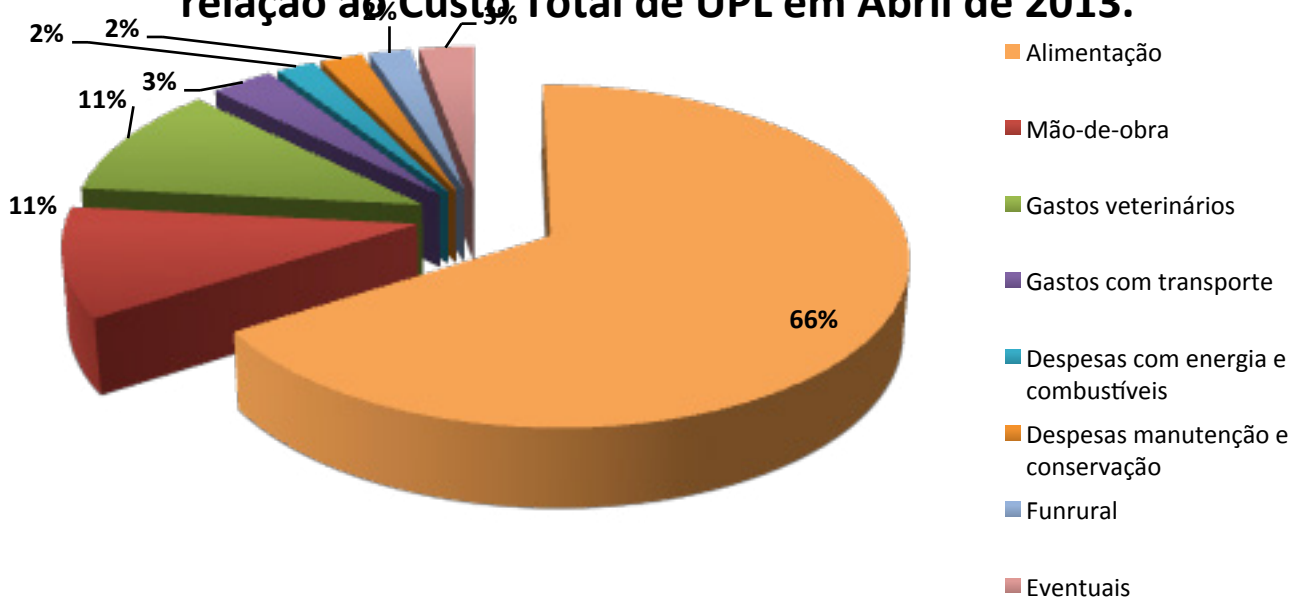


Fonte: FAEP

O gráfico abaixo mostra a distribuição dos Custos Variáveis em relação ao custo total na média das três regiões pesquisadas. A alimentação representou 66% do total dos custos, ou seja 11% a menos que o mesmo item de custo no ciclo completo, que tem um consumo bem maior de ração, pois os animais são comercializados com cerca de 100 kg de peso vivo. Por outro lado a mão de obra mais especializada e os

gastos com produtos veterinários representam quase 22%, ou seja, o dobro de participação destes itens no ciclo completo. Este fato se justifica pelos maiores cuidados que este sistema de produção de leitões exige. Já os gastos com transporte tem uma participação menor se comparados com o sistema de produção do ciclo completo, também em função do peso de venda dos animais.

Distribuição Percentual dos Custos Variáveis em relação ao Custo Total de UPL em Abril de 2013.



Fonte: FAEP

UNIDADES PRODUTORAS DE TERMINADOS – UPT

As unidades produtoras de terminados são um sistema onde o produtor recebe os animais após recriados com aproximadamente 23 quilogramas e o suinocultor terminador conduz o crescimento e a terminação do animal até 115 ou 120 quilogramas, conforme definição do mercado, para encaminhá-lo ao abate. No levantamento desse ano foram consideradas duas situações bem distintas e muito presentes no estado. Na primeira, o produtor é independente e é responsável pela compra do leitão e por todos os custos de alimentação e medicamentos. Na outra, do produtor integrado, o suinocultor participa com a mão de obra, consumo de energia elétrica e se for o caso combustível além das instalações. Nesse caso os animais são cedidos em comodato e a

alimentação e os medicamentos são de responsabilidade da agroindústria integradora.

O levantamento dos dois tipos de terminadores foi realizado nas regiões dos Campos Gerais e Oeste do estado onde esses sistemas de produção são mais presentes. A tabela (pág. 13) discrimina os custos por animal nas duas situações tanto de produtores independentes como integrados. Os pesos atingidos pelos animais para o envio ao abate são de 120 kg e 115 kg nos Campos Gerais e no Oeste respectivamente. O número de animais nos lotes encaminhados para o abate também variou sendo de 640 nos Campos Gerais e 700 animais no Oeste. Para os produtores independentes os custos totais foram de R\$ 299,25 na região dos Campos Gerais e de R\$ 341,84 na região Oeste, ou seja, 12% maiores na região Oeste do que na outra. As diferenças foram bem menores, apenas 2%, entre os produtores integrados das duas regiões.

FAEP

ABRIL / 2013

PARANÁ - TERMINADOR	CAMPOS GERAIS	OESTE		
Peso de venda (kg) / Animais p/Lote	120	640	115	700
1. CUSTOS VARIÁVEIS	Independente	Integrado	Independente	Integrado
1.1 - Custo do Leitão Comprado	88,00		88,00	
1.2 - Alimentação	146,84		186,75	
1.3 - Mão-de-Obra	9,23	9,23	15,18	15,18
1.4 - Produtos Veterinários	0,03		0,32	
1.5 - Transporte	18,69	4,32	18,28	4,49
1.6 - Energia e Combustível	6,01	6,01	1,34	1,34
1.7 - Manutenção e Conservação	3,10	3,10	3,21	3,21
1.8 - Funrural	6,90	1,44	6,61	0,35
1.9 - Eventuais	8,16	0,72	9,39	0,92
TOTAL CUSTOS VARIÁVEIS	286,96	24,82	329,08	25,48
2.1 - DEPRECIÇÕES				
2.1.1 - Depreciação das instalações	6,90	8,62	7,14	8,93
2.1.2 - Depreciação equipamentos e cercas	4,31	4,31	4,46	4,46
TOTAL DEPRECIÇÕES	11,21	12,93	11,60	13,39
2.2 - OUTROS CUSTOS FIXOS				
2.2.1 - Rem. capital médio/inst. e equipto.	0,62	0,62	0,64	0,64
2.2.2 - Remuneração sobre Capital de Giro	0,46	0,12	0,52	0,12
TOTAL OUTROS CUSTOS FIXOS	1,08	0,74	1,16	0,76
TOTAL CUSTOS FIXOS	12,29	13,67	12,76	14,15
CUSTO OPERACIONAL (1 + 2.1)	298,17	37,75	340,68	38,87
CUSTO TOTAL (1 + 2)	299,25	38,49	341,84	39,63

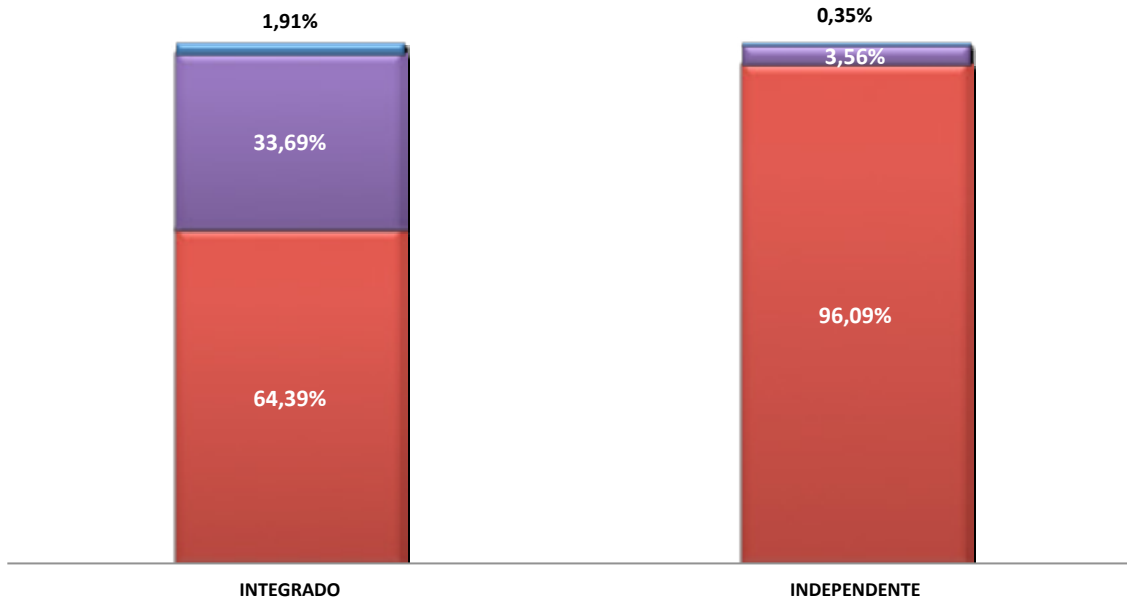
O gráfico na pág.14 evidencia as três principais categorias de custos: variáveis, depreciações e remuneração de capitais nas duas modalidades de suinocultores terminadores, integrados e independentes. Fica portanto evidenciado que, para os terminadores independentes, os custos variáveis, que são os custos que geram maiores desembolsos do produtor, significam mais de 30% de acréscimo em relação a mesma categoria de custos do produtor integrado.

Portanto a necessidade de capital de giro é muito maior

porque o produtor independente tem que arcar com importantes categorias de custos como a alimentação e os produtos veterinários. Por outro lado o produtor integrado não tem grandes desembolsos mas os custos com depreciações de suas instalações tem um peso relativo muito alto, mais de 30% o que demonstra que se o terminador não tiver um bom plano de contas para poupar recursos para destiná-los à reposição de instalações e equipamentos corre sério risco de não conseguir se manter na atividade, pelo desgaste e obsolescência das instalações e equipamentos.

Distribuição Média dos Custos de Produção do Suinocultor Terminador Independente e Integrado dos Campos Gerais e do Oeste em Abril de 2013.

■ Remuneração de Capitais ■ Depreciações ■ Custos Variáveis

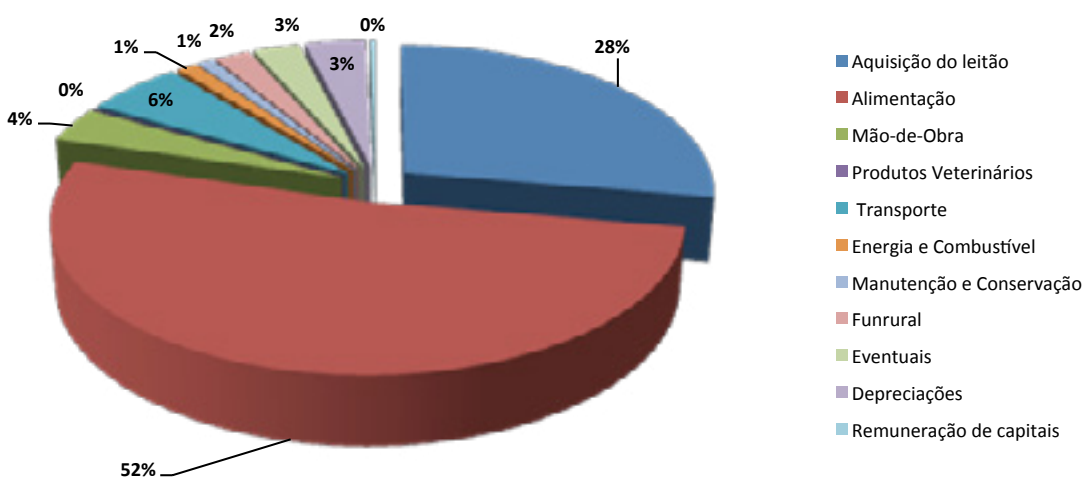


Fonte: FAEP

Esse outro gráfico abaixo detalha todos os componentes de custos dos suinocultores terminadores independentes e evidencia que os gastos com alimen-

tação, aquisição de leitões, mão de obra e transporte respondem por aproximadamente 90% da totalidade dos custos.

Distribuição Percentual da Média dos Custos Totais de Produção de Suínos Terminados para Produtores Independentes nas Regiões Oeste e Campos Gerais em Abril de 2013.

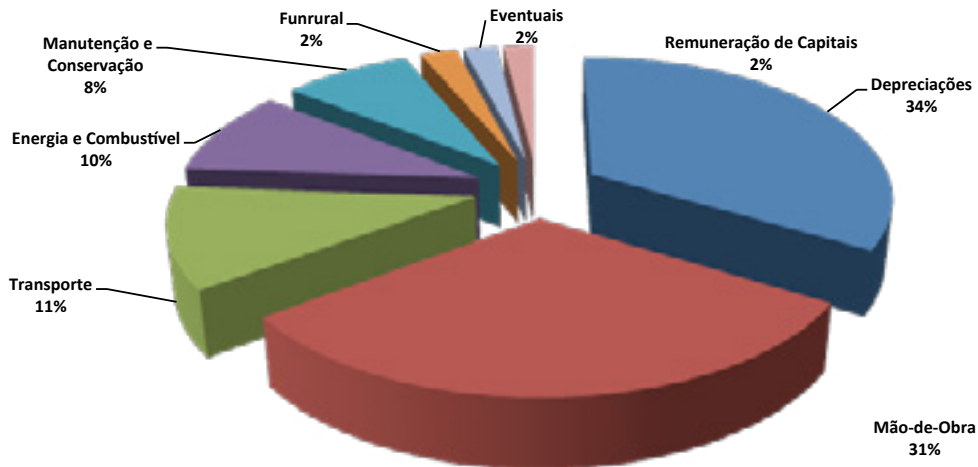


Fonte: FAEP

Entre os terminadores integrados os principais componentes que somam aproximadamente 86% dos custos são os itens: depreciações, mão de obra, despesas com transporte e energia e combustível. As despesas com ma-

nutenção e conservação das instalações e equipamentos também tem uma importância relativa maior entre os integrados em relação aos independentes que somam 8% e 1% respectivamente.

Distribuição da Média Percentual de Todos os Componentes de Custos de Terminadores Integrados das Regiões dos Campos Gerais e Oeste do Paraná em Abril de 2013

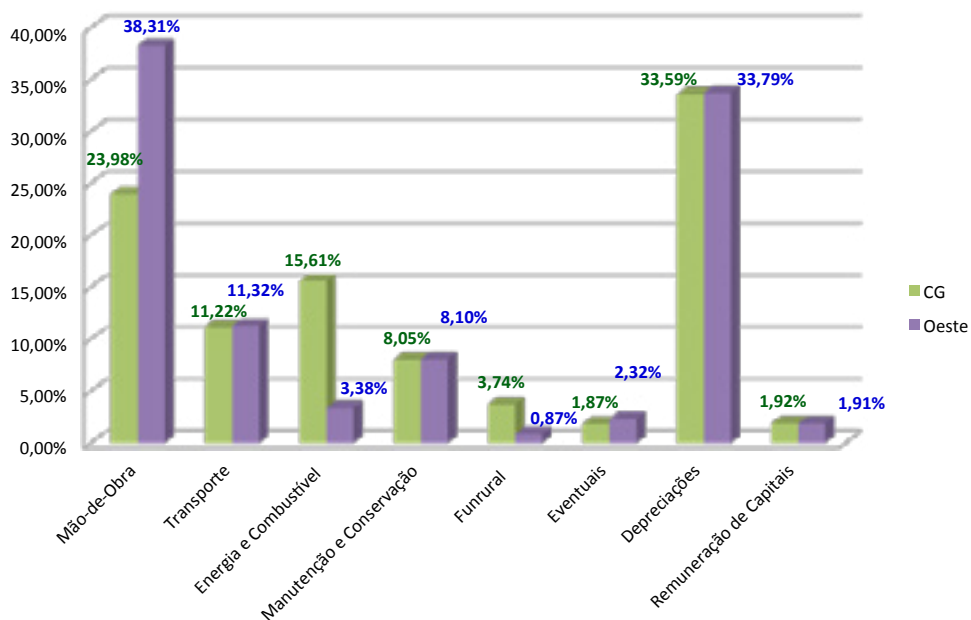


Fonte: FAEP

Entre os terminadores integrados o gráfico abaixo demonstra que a despesa com mão de obra é significativamente maior na região Oeste

em comparação com o mesmo item na região dos Campos Gerais com percentuais de 38,31% e 23,98% respectivamente.

Distribuição Percentual de Todos os Custos de Terminadores Integrados nas Regiões dos Campos Gerais e Oeste em Abril de 2013.

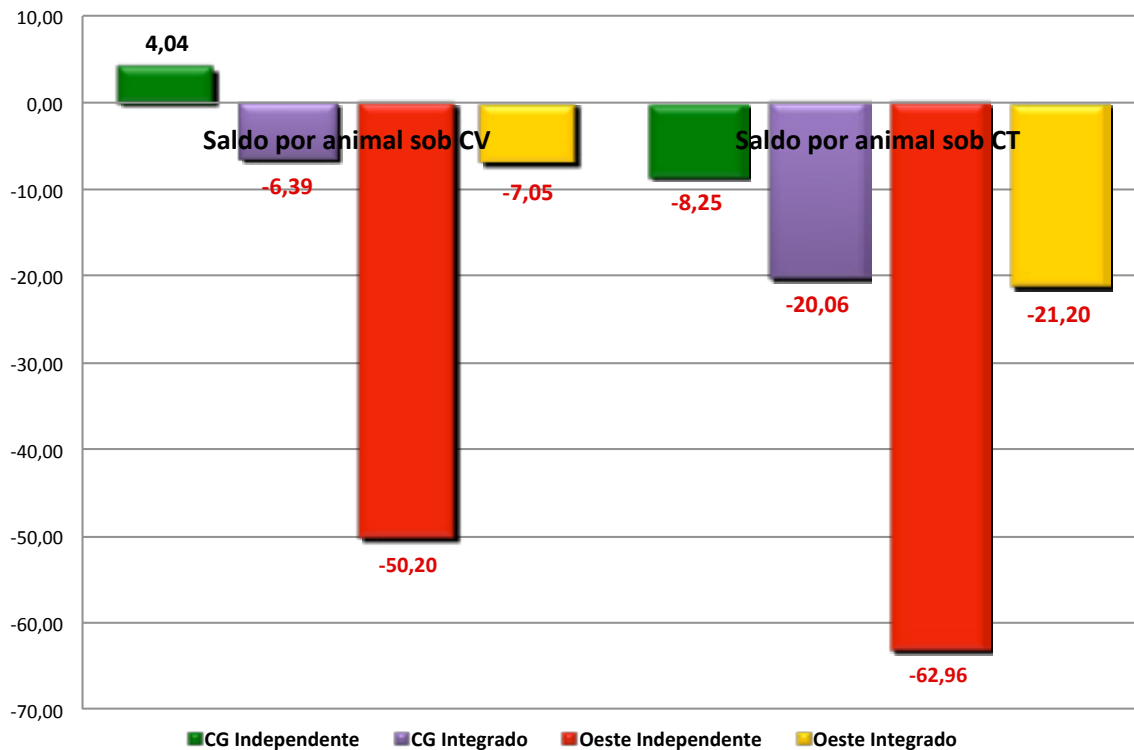


Fonte: FAEP

O gráfico abaixo demonstra que os preços praticados para remunerar os terminadores de suínos nas regiões Oeste e dos Campos Gerais tanto para produtores integrados como independentes não foram suficientes para cobrir os custos de produção. Quem não teve prejuízos foram os produtores independentes dos Campos Gerais que conseguiram saldo positivo

sobre os custos variáveis em R\$ 4,04 por animal. Todas as outras categorias de terminadores trabalharam com prejuízo tanto quanto aos custos variáveis como quanto ao total. O produtor da região independente da região Oeste foi que amargou os maiores prejuízos, ou seja, de R\$ 50,20 sobre os custos variáveis e de R\$ 62,96 sobre o custo total por animal abatido.

Distribuição dos Saldos por Animal Sobre Custos Variáveis e Total dos Terminadores Independentes e Integrados dos Campos Gerais e do Oeste do Paraná em Abril de 2013.



Fonte: FAEP

CONCLUSÃO:

Nesse início de 2013, se observou nesse levantamento, uma persistência de saldos negativos em quase todos os sistemas de produção pesquisados. No ciclo completo em todas as regiões os saldos foram negativos sob os custos variáveis. As Unidades Produtoras de Desmamados conseguiram trabalhar com saldos positivos graças à bonificação de 8% paga pelas integradoras aos suinocultores que produzem animais com diferenciais de qualidade. As Unidades Produtoras de Leitão apresentaram saldo positivo na região sudoeste sobre custos variáveis. Quanto às Unidades Produtoras de Terminados produtores independentes da região dos Campos Gerais tiveram saldo positivo sobre custos variáveis. É certo por outro lado que os custos

de produção apresentaram uma redução, especialmente para os produtores independentes nesse 1º quadrimestre de 2013. Essa diminuição dos custos ocorreu em função da redução dos preços da matéria-prima da ração, especialmente o milho. Entretanto os preços pagos pelo kg do suíno também despencaram no mesmo período chegando ao fundo do poço na segunda semana de abril quando o kg do suíno chegou a R\$ 2,30 (LAPESUI), conforme demonstrado na pág. 17.

Valor esse, muito abaixo dos R\$ 2,99, do custo de produção apurado na média das regiões pesquisadas em ciclo completo. Se essa tendência de baixa do preço pago ao produtor persistir por muito tempo a suinocultura pode experimentar nova crise em 2013.

Distribuição do Preço Médio do kg de Suíno Vivo no Paraná de Novembro/12 a Abril/13 e o Custo Total Médio do Estado em Abril de 2013.



Fonte: FAEP

Suinocultores analisam o atual momento do mercado



Fluxo de caixa

O produtor independente Giovani da Silva, de Pato Branco, trabalha com suinocultura pelo sistema UPL. Hoje, Giovani gasta em média R\$ 90,00 para produzir um leitão com 25 quilos. Desse total, o seu lucro gira em torno de R\$ 20,00. Ele diz que o produtor deve ficar de olho quando o assunto é fluxo de caixa. “Muitas vezes o suinocultor não coloca no papel o que gastou e o que vendeu, assim perde o controle da gestão do negócio. Temos que trabalhar na linha de redução dos custos de produção”.

Custo com mão de obra

O suinocultor Pedro Maraschin, de Toledo, integrado à Sadia, gasta R\$ 17,00 para produzir um leitão pelo sistema UPL e vende o mesmo animal por uma média de R\$ 23,00. Com um plantel de 2.300 matrizes, atualmente, consegue ganhar uma média de R\$ 5,00 por cabeça, mas há dois anos esse valor era o dobro. Apesar da pequena margem de lucro, o vilão da atividade, segundo Maraschin, é a mão de obra. “A gente sentiu um aumento de 100% em relação à contratação de funcionários”, justifica.

Alimentação pesa nas contas

Na granja Capivara, em Ipiranga, o produtor Argel Grisol cria 600 leitões pelo sistema UPT. Integrado à Sadia, ele gasta R\$ 235,00 para produzir um leitão de 120 quilos e a sua margem de lucro gira em torno de R\$ 22,00 por animal. Ele observa que os custos com a alimentação dos animais aumentaram 18% nos últimos meses. “A nossa atividade tem uma grande oscilação, um dia os preços sobem e no outro despencam. E a nossa maior limitação tem sido com os custos com a alimentação dos animais”, explica.

Comemorar o que?

No último dia 6 de junho, foi comemorado o dia da logística. A grande pergunta a ser feita é: o que os brasileiros, principalmente aqueles atuantes no agronegócio nacional, podem comemorar neste dia?

*Por Priscila Biancarelli



A mídia tem ajudado a elencar alguns dos motivos: reajustes anuais de diesel e pedágio (muitas vezes acima da inflação), falta de infraestrutura portuária para recebimento das commodities agrícolas (no Porto de Santos, as filas estiveram em evidência ao longo do toda a safra de 2013. Para o Porto de Paranaguá, o sistema de senhas evitou filas na região portuária, porém a disputa por uma senha nas regiões produtoras é um novo desafio a ser vencido). Ainda em relação aos portos, há de se destacar a tão aguardada Medida Provisória assinada pela presidente Dilma no início de junho, que poucas melhorias rápidas deve trazer para os portos existentes e é claro, as tradicionais filas de navios que todos os anos são noticiadas.

E em se tratando da infraestrutura de transporte ferroviário no Brasil, será que existem pontos a serem comemorados

pelos profissionais de logística do agronegócio nacional? A princípio, é possível destacar o plano de investimentos lançado pelo governo em agosto de 2012, que promete ampliar em 10 mil quilômetros a malha ferroviária nacional nos próximos 5 anos (dobrando a malha operante hoje). Passado quase um ano do anúncio, menos de um quarto dos trechos anunciados começou a sair do papel – isto é, estudos foram iniciados, algumas poucas licitações feitas, mas de fato nenhum novo dormente ou trilho ainda foi implantado em solo nacional. Será que, ao longo destes cinco anos previstos, haverá sequer uma obra iniciada? Esta é uma das grande esperanças destes profissionais.

Projeto Jamaica

Outra grande esperança é aguardar, pacientemente, o dia em que a ferrovia de fato trará a esperada competitividade logística ao agronegócio brasileiro. Estudos divulgados pelo projeto Jamaica (projeto desenvolvido pelo Grupo ESALQ-LOG em conjunto com a FAEP e apoiado pela Alcopar e Ocepar, que tem como objetivo o estudo das tarifas rodoviárias e ferroviárias do estado do Paraná) mostraram que, no ano de 2012, empresas do agronegócio paranaense pagaram 13% a mais na solução logística ferroviária do que no frete rodoviário direto. Isso significa que o embarcador paranaense, para transportar sua carga diretamente por rodovia, teve mais economia do que no transporte por ferrovia, incluindo a ponta rodoviária e os custos de transbordo.

Um importante avanço a ser evidenciado quando se fala de ferrovias é a tarifa teto – um instrumento de regulação do transporte ferroviário que delimita o preço máximo a ser cobrado pelo transporte por linhas férreas no Brasil. A tarifa teto foi alvo



nos últimos anos de diversos estudos realizados pela Agência Nacional de Transporte Terrestres (ANTT). Revista pela primeira vez 15 anos após o início das atuais concessões ferroviárias, a ANTT lançou em 2012 uma nova tarifa teto a ser praticada entre usuários e concessionárias. O lado bom da notícia é que de fato as novas tarifas propostas aproximaram-se daquelas praticadas no mercado. O lado negativo, além do fato de algumas concessionárias terem entrado na justiça contestando este novo número (algo que ainda não foi resolvido passados mais de seis meses), é que a tarifa teto continua não exercendo seu poder de regulação no mercado. Estes dados foram comprovados pelo projeto Jamaica, que mostrou que, no ano de 2012, as empresas paranaense pagaram, em média, fretes ferroviários 10% acima dos novos tetos propostos pela agência. Quer dizer, então, que agora existe o respaldo técnico no mercado, porém a insegurança dos embarcadores frente a um sistema de transporte ferroviário monopolizado ainda não permite que práticas mais competitivas sejam adotadas no dia-a-dia logístico.

Projeto Benin

Profissionais da logística dedicados a estudar a situação brasileira deparam-se com novidades diariamente. Um novo estudo que está sendo realizado pelo Grupo Esalq-Log, em parceria com a FAEP, o projeto Benin, que tem como objetivo a mensuração das ineficiências logísticas no agronegócio paranaense, tem retratado outros pontos de insegurança na cadeia logística nacional. O primeiro destaque foi a cobrança da tarifa de armazenagem no estado. Os estudos evidenciaram que existe uma ausência de padronização nas tarifas cobradas pelo armazenamento do produto, seja esta ausência entre os processos envolvidos na armazenagem (não há uma divisão clara do que é cobrado, por exemplo, nos processos de limpeza, recepção,

padronização de umidade, armazenamento em si e expedição); seja nas empresas prestadoras de serviço: cada empresa tem a sua forma de cobrança das tarifas de armazenagem, assim como seus respectivos valores. Diante deste fato, o produtor tem dificuldade tanto em comparar as diversas tarifas entre os prestadores de serviço que ele pode contratar, quanto em entender, cobrar e fiscalizar a aplicação destas tarifas no momento em que a carga é entregue no armazém.

O próximo passo do projeto Benin é estudar e comparar os preços praticados pelo transporte rodoviário, com seus respectivos custos. De antemão, já é possível adiantar o impacto da lei que restringe o horário de trabalho dos motoristas, que entrou em vigor no meio do ano de 2012. Tanto custos quanto preços de frete rodoviário foram diretamente afetados pela nova legislação. Na prática, entretanto, mesmo com reajustes de custos e de fretes, a lei ainda não está sendo totalmente cumprida pelos motoristas que transportam a maior parte da produção nacional. É possível esperar novo pico de fretes para os próximos meses de 2013, com o avanço da colheita de cana-de-açúcar, o escoamento de grande parte da safra de soja que ainda está armazenada e a chegada da nova safrinha (ou safrona, como alguns preferem chamar) do milho de inverno.

Por fim, o projeto Benin ainda abordará os desafios do Porto de Paranaguá, focando em um dos principais pontos de estrangulamento para a tão desejada logística integrada que os profissionais desta área tanto buscam em seu dia a dia.

Desta forma, só resta aos profissionais da logística do agronegócio nacional comemorar o reconhecimento de seu árduo trabalho e torcer para que um ou outro projeto previsto saia do papel no médio prazo. Parabéns àqueles que fazem muito com a insuficiente e defasada infraestrutura brasileira!

* Priscila Biancarelli é economista, coordenadora do Grupo de Pesquisa e Extensão em Logística Agroindustrial da Esalq/USP e foi uma das palestrantes do Encontro das Comissões Técnicas e Lideranças Sindicais da FAEP.

A aposta certa

Raul Velloso, O Globo



A volta de um giro de apenas duas semanas por países menos desenvolvidos da Europa mostrou na carne como nossa infraestrutura é precária e inferior à do resto do mundo. Além disso, a leitura da mídia atrasada revela como a percepção sobre o desempenho econômico brasileiro vem se deteriorando nos últimos tempos. Essas coisas estão fortemente interligadas.

As condições caóticas que os brasileiros estão enfrentando na área de transportes mostram que os governos foram longe demais no abandono aos assuntos da área. Só se tem pensado em aumentar gasto corrente e, com exceção da fase 1995-2002, a postura das autoridades é claramente hostil ao investimento privado.

Isso é muito curioso, pois se dá exatamente na hora em que os investidores mais preparados deveriam ser cortejados para suprir as deficiências da gestão pública com investimentos de alta qualidade.

Na economia, a queda dos investimentos e do crescimento do PIB mostram que o modelo exacerbado pró-consumo,

que vem sendo idolatrado nos últimos tempos, já não tem mais vez. Ele se alimenta primeiro do gasto público corrente, cujo forte crescimento pressiona a carga de impostos para cima, sufocando o setor privado, e deixa o investimento em transportes de fora.

Não é de hoje que o gasto público corrente cresce tanto. Mas só foi possível levá-lo agora aos píncaros por conta das reformas e ajustes que vieram com o Plano Real. Só que estamos de novo às vésperas de perder o controle sobre a dívida pública.

O modelo se alimenta também da forte expansão do crédito, que era muito baixo em 2002 e cujo peso no PIB já dobrou. Qualquer um percebe que essa parte da rota já se estreitou. Não há como um país suportar um crescimento tão forte do crédito para o resto da vida.

Dentro de um modelo pró-consumo, uma hora falta produto ou serviço para entregar à demanda explosiva, e aí vem a inflação.

“Agradeçamos a Deus”

A terceira peça-chave do modelo pró-consumo é o forte crescimento da massa salarial que tem resultado de todo o processo recente – e que, no fundo, é a menina dos olhos do marketing governamental, pelo que implica em termos de ganhos de popularidade. Mas não há lanche grátis. Uma hora isso também bate na inflação.

O forte crescimento do consumo num mundo abundante em divisas e onde os mercados de industrializados são dominados fora do Brasil leva ao forte crescimento do setor serviços, incluindo os respectivos salários e emprego, pois não há como importar serviços em geral e é fácil importar os primeiros.

O aumento de salários resvala para os demais setores, onde a indústria tende a crescer menos por não poder pagá-los, mas felizmente a agricultura desempenha um papel crucial. Na

indústria, são as importações que desempenham papel estratégico, para tristeza de seus defensores.

Já na agricultura, como, ao contrário e talvez por consequência, os preços sobem lá fora, agradeçamos a Deus nossa forte vantagem comparativa na dotação de recursos (temos, inclusive, a maior área agricultável ainda não ocupada no mundo) e por termos sido capazes de desenvolver ou absorver tecnologias que nos tornaram campeões. Assim, a despeito dos altos custos da infraestrutura precária, temos crescido fortemente a produção agrícola e gerado empregos e as divisas adicionais que dão vida bem mais longa ao modelo pró-consumo.

O aumento do preço de serviços em relação aos da indústria equivale a uma apreciação real da taxa de câmbio, que passa a ser a sua tendência natural. E, num mundo abundante em capitais baratos, essa tendência só se acentua.

A agricultura aumenta a vida útil do modelo, mas, resumidamente, o seu esgotamento se mostra: 1 — pelo descalabro das contas públicas; 2 — pelos altos índices de inadimplência; 3 — pela tendência à apreciação cambial real, que sufoca particularmente a indústria; 4 — pelo encolhimento relativo desta, cuja força política é desproporcional à sua participação relativa no PIB; 5 — pela tendência à pressão salarial, agravada pelos baixos ín-

dices de desemprego atuais; 6 — pela alta inflação dos serviços, em que pese a ajuda, na maior parte do tempo, da apreciação cambial; 7 — pelo aparente término da fase de preços favoráveis das commodities de exportação.

Assim, a ênfase da política governamental tem de ser redirecionada do consumo para o investimento, e a infraestrutura, sob liderança privada, tem, obviamente, de ser o carro-chefe do novo processo.

Primeiro, pelo caos existente, que não tem como ser resolvido sem maiores investimentos locais, que surgiriam naturalmente se o governo agisse de outra forma. Segundo, pelos ganhos de produtividade que são inerentes à expansão dos investimentos nesse segmento.

Só que não adianta apenas anunciar planos de expansão. É preciso sair do discurso à ação, despindo a camisa ideológica antimercado e pró-eleição que tem prevalecido, e que desde 2007 tem produzido empreendimentos de baixa qualidade ou nenhum.

Como é difícil cortar gasto corrente e há competência, disposição e recursos abundantes na área privada, por que não jogar todas as fichas nessa aposta?



“Logística, logística, logística”



Titulos não lhe faltam. Marcos Jank é livre docente em Economia Aplicada pela ESALQ-USP, doutor em Administração pela FEA-USP, mestre em Políticas Agrícolas pelo IAM de Montpellier, França, engenheiro agrônomo pela ESALQ-USP e articulista há dez anos no jornal “O Estado de São Paulo”. Especializado em agronegócio e bioenergia, Jank foi convidado pela FAEP e falou aos produtores durante o “Encontro das Comissões Técnicas e Lideranças Sindicais”, dia 24, em Curitiba, sobre o “Apagão da Logística Agrícola no Brasil”. Antes deu a seguinte entrevista ao BI e ao programa de rádio da FAEP “Campo & Cia” (www.campoecia.com.br)

BI – Em 12 anos, a agropecuária dobrou sua produção, mas, ao contrário, a logística e a infraestrutura do país empacaram. Quais são os reflexos da competitividade que isso causa na economia do país?

Jank – A principal política pública para o agronegócio e para o país é a infraestrutura. Se eu pudesse tentar elencar as três grandes prioridades de política pública eu diria: 1º lugar logística; 2º lugar logística; 3º lugar logística, porque é onde a gente está realmente perdendo recursos no agro. A gente sabe que as cadeias podem se romper sempre pelo elo mais fraco e a infraestrutura é o exemplo. E, infelizmente, está nos custando extremamente caro. Nos últimos 12 anos, tivemos a safra dobrando de tamanho e a infraestrutura ficou exatamente como ela era em todos os modais.

BI – O senhor percebe muito anúncio, muita propaganda e poucos feitos práticos do governo nessa questão de logística no país?

Jank – Eu acho que tem anúncio o tempo todo, como pacotes de consumo para compra de eletrodomésticos. Estimula-se o consumo, mas não há estímulos ao aumento de produtividade. Em termos de aumento de produtividade e competitividade, o único setor aqui no Brasil, talvez o que realmente respondeu de maneira

magistral, foi o agronegócio na parte da produção das fazendas. A área de soja aumentou em três milhões de hectares de um ano para o outro na hora em que surgiu uma oportunidade de mercado. Veja o que está acontecendo com a safrinha de milho hoje: já é bem maior que a safra principal, com imensos ganhos de produtividade quando a gente faz milho e soja.

BI – O que está faltando?

Jank - A infraestrutura depende da regulação governamental e essa atrasou. Quando ela sai, sai incompleta. Os investidores não se sentem seguros para fazer os investimentos necessários, porque existe uma mudança permanente de regras do jogo. Então, isso acaba atrasando esse processo todo. Quem paga a conta é o produtor. Porque, se a logística não funciona quando a gente tem aquelas filas gigantescas lá nos portos – seja pelo lado dos caminhões, seja pelo lado dos navios nos portos –, essa conta vai parar no bolso do produtor cedo ou tarde. A gente vê muita fumaça e pouco fogo, pouca ação. Em relação aos Estados Unidos, por exemplo, nós estamos um século atrasados.

BI – E o quadro econômico do país?

Jank - Aqui no Brasil eu acho que acendeu o sinal amarelo nessas últimas semanas em relação a algumas questões muito graves. Nós estamos com uma inflação já no teto da meta e com baixo

crescimento. Nos últimos 12 meses, tivemos 1,2% no PIB, que é algo absolutamente irrisório para o tamanho da nossa economia. E temos, hoje, um déficit em conta corrente de R\$ 70 bilhões, o que significa 3% do PIB e que é algo assustador. A China tem investido 7 a 8 % do PIB em infraestrutura e o Brasil tem investido pouco mais de 1%. Nós estamos muito aquém de outros países em desenvolvimento nessa área e, infelizmente, não é por falta de dinheiro. O que falta hoje é regulação para que o investimento privado aconteça.

BI – O governo criou um Plano de Armazenagem com a previsão de financiar R\$ 5 bilhões ao ano. Num total de cinco anos, serão aplicados R\$ 25 bilhões. Como o senhor vê a questão da armazenagem no país?

Jank – De fato, nesse período de cinco anos, o número é mais ou menos esse mesmo. Hoje, nós estamos com 70% da safra armazenada. Portanto, essa capacidade de armazenagem caiu de 2004 pra cá, por falta de investimento. Resultado: isso faz com que o caminhão vire um armazém ambulante aqui no Brasil. É uma coisa muito complicada. Então, esse investimento para elevar a capacidade estática, que hoje é de 120 milhões de toneladas de grãos e que possa ir para 200 milhões, é absolutamente necessário, principalmente nas novas fronteiras. Eu fico um pouco preocupado quando se fala que a Conab vai construir armazém, vai administrar armazém. Eu acho que o setor público, em geral, quando faz essas coisas, faz de maneira pouco eficiente e sempre atrasa todo o processo por essas questões licitatórias. Então, seria muito interessante se esses investimentos fossem

realizados majoritariamente por produtores e cooperativas.

BI – Um estudo da Esalq/Log para a FAEP demonstrou que levar a safra pela ferrovia é 10% mais caro do que pelo caminhão. Nós vamos conseguir avançar em ferrovias nos próximos cinco anos?

Jank – A ideia de modicidade tarifária é conceitualmente interessante. O que o é modicidade tarifária? Ganha aquele que oferecer a menor tarifa pelo maior volume transportado. No caso das ferrovias, eles estão separando quem vai construir a ferrovia de quem vai operar a ferrovia. É uma coisa nova realmente, que ainda vai ter que ser testada. Conceitualmente, me parece interessante, mas o problema é que administração disso ficará na mão da Valec – uma empresa que tem muitas complicações. O país convive com coisas trágicas, como a ferrovia Norte-Sul. Hoje, 60% da produção estão no Centro-Oeste e você está tirando 84% aqui através do Sul. No Paraná também tem falta de competição, falta de alternativas. Não tem setor que pague mais caro pela falta da logística do que o agronegócio hoje, porque ele é atingido em todos os modais.

BI – Este país não está sempre em busca de um salvador da pátria?

Jank – Esse modelo do salvador da pátria aqui no Brasil é antigo. Sempre teve essa ideia falsa de que a gente depende de um salvador da pátria para as coisas acontecerem. Quando você mora fora, você vai lá para os Estados Unidos, você percebe que não tem essa perspectiva. As pessoas acreditam muito mais nas instituições, no empreendedorismo do que num salvador da pátria.



Investimentos em armazenagem deveriam ficar sob os cuidados da iniciativa privada na opinião do especialista

As pacíficas manifestações

Produtores protestam contra ações nocivas da Funai em 14 estados

Por Cynthia Calderon (Mato Grosso do Sul) e Valtemir Soares Jr. (Guaíra)
Fotos: Lineu Filho e Marcos Albuquerque



Em 16 de janeiro deste ano, os prefeitos de Guaíra, Terra Roxa e de outros municípios do Oeste paranaense estiveram em audiência com a direção da Fundação Nacional do Índio (Funai). Fizeram a proposta de incorporar à sociedade de suas cidades os índios que invadiram 18 pequenas e médias propriedades. A resposta foi “a Funai cuida disso”.

Mas as ações nocivas da Funai, dominada por militantes radicais e sob a influência de ONGs, estavam e estão baseadas em laudos antropológicos manipulados para justificar demarcações num país onde 13% (110 milhões de hectares) de sua área total já são reservas indígenas. A produção agrícola ocupa 72 milhões de hectares ou 9,1% do território nacional.

As invasões em Guaíra e Terra Roxa, no Paraná, por índios guaranis – boa parte deles “importados” do Paraguai – foram ampliadas no Mato Grosso do Sul e outros estados. Debates no Congresso Nacional e o descerramento das suspeitas sobre as atividades da Funai, levaram à demissão da sua presidente Marta Azevedo. Enquanto isso, as demarcações em território paranaense eram suspensas pelo governo.

A Embrapa assegurou: “não existem índios em pelo menos quatro das áreas invadidas no Oeste do estado” e informa que avalia as outras. Inseguro e dividido, o governo redistribuiu a questão indígena por vários ministérios, esvaziando o poder da Funai.

A temperatura, às vésperas do inverno, anda alta para o governo. A economia patina, a inflação assusta, manifestações ruidosas e violentas pipocam nas grandes e medias cidades. Vaias ensurdecadoras direcionadas à presidente da República no estádio Mané Garrincha, na abertura da Copa das Confederações, somam-se à queda de popularidade nas pesquisas de opinião. Tudo isso arde no Palácio do Planalto e redondezas.

No último dia 14, em 20 cidades de 14 estados do país, de forma pacífica e em ordem, foram realizadas manifestações públicas dos produtores rurais.

Em Guaíra: paz no campo, mas com segurança

“Brasil – Ordem e Progresso; fazemos o progresso e queremos ordem”. Sob esse lema, cerca de 3 mil produtores rurais do Oeste e do Noroeste do Paraná protestaram em Guaíra contra as invasões de indígenas em propriedades agrícolas tituladas e registradas.

A manifestação, denominada de Parada Rural, ocorreu de forma pacífica e, ao longo do dia todo, os participantes fizeram panfletagem na ponte Ayrton Senna, que liga o Paraná ao Mato Grosso do Sul, explicando o movimento e recebendo o apoio inclusive de caminhoneiros. “Se eles não produzirem, vamos transportar o que neste Paraná?”, comentavam os motoristas que, momentaneamente, foram parados no trânsito da BR 163. Por essa rodovia passam diariamente 8 mil veículos, sendo que 60% são de caminhões com grãos, insumos, animais vivos ou carne processada.

As trapalhadas da Funai em reconhecer as áreas invadidas como terras indígenas e o desejo em demarcar novas áreas no Paraná e outros estados foram denunciadas como sinônimos da insegurança jurídica e desrespeito à Constituição. Esses temas motivaram os produtores nos alertas à população e às autoridades de Brasília.

Segundo o presidente do Sindicato Rural de Guaíra, Silvanir Rosseti, a mobilização, que foi nacional, alcançou o seu objetivo inicial de alertar a sociedade brasileira sobre como o setor rural contribui significativamente com a economia nacional. Porém, vem sendo prejudicado por medidas administrativas da Funai, sem que o poder central em Brasília tome medidas concretas para acabar com a onda de medo que toma conta das propriedades rurais pelo Brasil afora. “Avaliamos que foi um primeiro passo para mostrar que o setor rural quer paz no campo, mas que não pode conviver com insegurança e atos hostis. Assim, continuaremos mobilizados até que essa questão seja solucionada”, disse.

Oeste invadido

O quadro, que resultou na manifestação de Guaíra, vem se delineando no Oeste do estado desde 2006, quando um pouco mais de 60 índios invadiram uma mata ciliar às margens do rio Paraná de propriedade da Hidrelétrica Itaipu Binacional, em Guaíra. Naquela época, a empresa entrou com pedido de reintegr-

ção de posse e ganhou o direito. Contudo, a Funai não tomou providências para a retirada dos indígenas, mesmo sendo multada diariamente em R\$ 500,00 desde então. “Esta posição de desrespeito à justiça por parte da Funai foi o estímulo para que outras invasões acontecessem”, conta Roberto Weber, sojicultor com duas áreas invadidas e um dos fundadores da Ong Direito de Propriedade.

Atualmente, são cerca de 1.800 índios ocupando 18 áreas invadidas – cinco no município de Terra Roxa e 13 em Guaíra, sendo que destas quatro estão na periferia da cidade. Contudo, a Funai vem sinalizando que pretende demarcar cerca de 100 mil hectares no Oeste e Noroeste do Paraná como terras indígenas, aumentando ainda mais o clima de apreensão entre os produtores rurais. Só para se ter uma ideia, um território de quase 13 mil ha está sendo previsto para atender somente quatro índios descendentes distantes dos xetás, uma tribo nômade que desapareceu nos anos 60, abrangendo uma parte de Umuarama, Ivaté e Icaraíma. Enquanto isso, os índios da tribo avá-guarani, distribuídos em Terra Roxa, Guaíra e Santa Helana, estão aguardando a demarcação e exigem terras que correspondem a 10% da área cultivável do Oeste.

Diante dessa situação, a manifestação em Guaíra acabou atraindo a participação de muitas comitivas de produtores rurais e de outros segmentos da sociedade civil, como comerciantes, políticos e trabalhadores urbanos. Estiveram presentes os Sindicatos Rurais de Terra Roxa, Palotina, Marechal Cândido de Rondon, Cascavel, Umuarama e Ivaté, além dos sindicatos sul-mato-grossenses de Sete Quedas, Tacuru, Sidrolândia e Mundo Novo. Aderiram ainda ao protesto as cooperativas Cevale, Coopagril e Integradas, a Associação Comercial e Industrial de Guaíra e prefeitura local, que decretou ponto facultativo nas repartições públicas municipais.





Medo e insegurança

“Ninguém imaginava que iria acontecer, mas, hoje, as invasões são uma realidade. Há um clima de medo e insegurança entre os produtores que precisa acabar”. – Silvanir Rosseti, presidente do Sindicato Rural de Guaíra.



“Vergonha”

“É uma vergonha para um país atualmente sem governo e que faz vistas grossas sobre as invasões de terras. Está na hora de pedirmos o impeachment da presidente Dilma”. – Maria Casagrande, presidente do Sindicato Rural de Tacuru/MS.



CPI da Funai

“O que não podemos mais é aceitar calados estes desmandos que estão sendo cometidos contra o produtor rural. Seria importante uma CPI da Funai para saber o que realmente está acontecendo no país”. – Tarcísio Barbosa de Souza, presidente da Comissão Fundiária da FAEP



“Meu espírito naquela terra”

“A lei não vale contra os índios; são considerados inimputáveis. O índio fala para o juiz: ‘eu sonhei que meu espírito estava naquela terra’ e isso vale. Temos cadeia dominial documentada, desde a origem, quando o estado colonizou, e isso não vale nada”. – Roberto Weber, produtor rural.



Votar a PEC 215

“O que os produtores querem é que o governo dê segurança para produzir e que respeite a Constituição. O Congresso está mobilizado nesse sentido e podemos trancar a pauta até que a PEC 215 seja votada”. – Osmar Serraglio, deputado federal.

“Quem manda?”

“No Brasil quem manda são os brasileiros e não essas ONGs que ninguém sabe de onde saem. O Congresso precisa tomar uma atitude a fim de breca os abusos cometidos pela Funai”. – Dilceu Sperafico, deputado federal.



Plantar e colher

“Não podemos admitir que, por interesses escusos, queiram usurpar o direito dos nossos agricultores. As terras da nossa região não foram griladas e os produtores querem garantir um direito que é seu, o sagrado direito de prosseguir plantando e colhendo nas suas terras com tranquilidade e segurança”. – Elio Rusch, deputado estadual.



Aldeia Tekohá Porã Guarani, no entorno de Guairá, é um dos exemplos do “favelamento” dos índios

Índios em extrema pobreza em Guairá

Os cerca de 1.300 índios que ocupam 13 áreas em Guairá vivem em condições de extrema pobreza, sem qualquer infraestrutura ou acesso a alguma assistência social, principalmente nos quatro agrupamentos situados no entorno da cidade. Ali é visível que a situação está mais para a formação de uma favela urbana do que para a constituição de uma aldeia indígena, reproduzindo as condições já conhecidas de precariedade das moradias, pobreza extrema e abandono.

Ao visitar as áreas, fica claro que estes índios, ao contrário do que afirma a Funai, já estão incorporados aos costumes da civilização, não sendo mais coletores e caçadores. Não teriam, portanto, nenhuma ligação com o território reivindicado, que vem

sendo utilizado na produção agrícola por produtores rurais. “Por isso, é só preciso bom senso para resolver a situação. Não sou contra os índios e nem os produtores são. Esses povos merecem as terras deles, mas essas que foram compradas são de quem estão nelas produzindo”, disse o deputado federal Dilceu Sperafico.

O problema de risco das populações presentes atualmente no Oeste, inclusive, foi tema de um encontro em janeiro passado entre alguns prefeitos da região e, até então, presidente da Funai, Marta Azevedo. Segundo o prefeito de Guairá, Fabian Vendrusculo, na época, foi proposto que os municípios assumissem o papel de realocar os índios para conjuntos habitacionais, liberando as áreas ocupadas, até que a questão recebesse uma solução definitiva. “Porém, a resposta que tivemos foi que a Funai cuidaria deles”, conta. Pelo que se vê da realidade dos índios hoje, não passou de uma promessa da autarquia federal. A Funai prefere manipulá-los e deixá-los em condições miseráveis.

Mato Grosso do Sul: “não dá para conviver com invasões”

O entrocamento das BRs 163 e 267, no trevo de Nova Alvorada do Sul, a 120 quilômetros de Campo Grande, foi o cenário do encontro de quase quatro mil produtores no Mato Grosso do Sul.

Os bonés verdes da FAEP caracterizavam os 650 paranaenses mobilizados pela entidade, formando com os produtores sul mato-grossenses um dos maiores contingentes registrados no país de manifestantes contra as demarcações de terras indígenas. Foi um ato pacífico e teve o objetivo de chamar a atenção da sociedade e do poder público sobre a falta de segurança jurídica diante das ações da Funai.

Os produtores reivindicaram o fim das demarcações de terras indígenas no estado até o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal dos embargos declaratórios referentes ao caso Raposa Serra do Sol; a adoção de caráter indenizatório aos produtores que tiveram suas propriedades demarcadas; a construção de uma nova política indigenista, submetida não apenas à Funai, mas também a outros ministérios e órgãos do governo federal; e que as propriedades invadidas não sejam mais passíveis de desapropriação.

Fazenda queimada

Vários produtores rurais com áreas invadidas participaram do evento. Entre eles, estava o proprietário da fazenda Buriti, em Sidrolândia, Ricardo Bacha. Ele teve sua fazenda queimada e todo o seu gado roubado ou morto.

Os conflitos indígenas no Mato Grosso do Sul se acirraram a partir do dia 15 de maio, quando a fazenda Buriti foi invadida por um grupo da etnia terena. Desde então, várias medidas, como reintegração de posse e cancelamentos das decisões jurídicas, geraram tensão na região. Atualmente, 110 homens da Força Nacional patrulham a área rural de Sidrolândia.

“Os índios não querem demarca-

ção, eles querem ampliar as terras que já têm. Eu espero que a justiça federal cumpra o seu dever e quando se diz que a terra é não-indígena, que mantenha a posse efetivamente aos proprietários”, desabafou Bacha. Com relação ao vandalismo sofrido, ele diz que não sabe avaliar o tamanho do prejuízo.

Treze propriedades estão invadidas em Sidrolândia, algumas há mais de dez anos. No total, Mato Grosso do Sul possui 66 propriedades privadas rurais invadidas. Deputados estaduais, federais, senadores do Mato Grosso do Sul e a presidente da CNA Kátia Abreu participaram da mobilização.



“Conflitos são iminentes”

“Estamos chegando num afunilamento e não dá mais para conviver com invasões e depredações. Não podemos mais viver com a insegurança jurídica. Precisamos de celeridade porque os conflitos estão iminentes”. Eduardo Riedel, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária – Famasul.



“Brigar pela Constituição”

“Nós vamos brigar pela Constituição. A lei está do nosso lado e temos que mostrar isso para a opinião pública. Defendo a economia do meu país, que depende, fundamentalmente, de homens e mulheres de mãos calejadas que fazem a riqueza desse país” – Waldemir Moka, senador pelo MS.



“Quem é por nós”

“Há poucos anos, o Incra era um órgão do MST, o Ministério do Meio Ambiente era das ONGs e a Funai agora é dos índios... E quem é por nós brasileiros que produzimos? Órgãos de governo não podem se tornar militantes de classe. O governo tem que ser imparcial e ver o que é bom para o Brasil” – senadora Kátia Abreu, presidente da CNA.



“A força do setor produtivo”

“O governo tem que parar de ceder aos mandos e desmandos da Funai. É preciso comando e essas manifestações, que estão acontecendo em vários locais, são para mostrar a força do setor produtivo. Pacificamente, estamos mostrando o que queremos”. João Luiz Rodrigues Biscaia, diretor administrativo-financeiro da FAEP.

As imagens que vêm do campo

As manifestações em Guaíra (PR) e em Nova Alvorada do Sul (MS)







Empresa contesta nota da SBCS

Ensaio com calcário líquido estão sendo feitos em instituições de pesquisa



O Boletim Informativo (1217) publicou nota assinada pelo Núcleo Estadual Paraná da Sociedade Brasileira de Ciência de Solo (SBCS-PR), através de sua Comissão Especializada em Fertilidade de Solo, relatando que o corretivo líquido de acidez (calcário líquido) não pode proporcionar os efeitos de calagem devido a suas características físicas e químicas. O texto do Núcleo informava ter a função de alertar aos usuários sobre alguns aspectos que envolvem a prática da calagem no estado do Paraná.

O engenheiro Marco Aurélio Pigatto, coordenador de Mercado da empresa FERTEC, empresa baseada em Barretos e especializada nesse tipo de calcário, informa que o produto da empresa vem passando por ensaios científicos em outras instituições renomadas de pesquisa do Brasil, como: Fundação ABC (Castro/PR), Fundação MS (Maracaju/MS) Fundação Rio Verde (Lucas do Rio Verde/MT), Unesp (Jaboticabal/SP) e Universidade Estadual do Norte do Paraná (Bandeirantes/PR). Por isso, ele apresenta argumentos para refutar a nota da SBCS, que são reproduzidos pelo BI abaixo:

“Realmente, a produção e a produtividade vêm aumentando devido ao uso correto dos corretivos de acidez. Assim, a superdosagem ou subdosagem pode comprometer a produtividade, sendo, portanto, necessário o acompanhamento periódico através de análises de solo.

As funções do calcário de aumentar pH, neutralizar Al

e aumentar Ca e Mg, todos nós sabemos, é a fonte química da maioria dos calcários na forma pó são CaCO_3 e MgCO_3 . Mas, como foi dito na forma pó, pois a fonte química do corretivo líquido é CaO e MgO. A eficiência de um e de outro é diferente por se tratar de base fraca (CaCO_3 e MgCO_3) de reação lenta e gradual e de base forte (CaO e MgO) de reação rápida e total e ter o PN diferenciado.

O Poder Relativo de Neutralização Total (PRNT) é calculado considerando-se a pureza química e a granulometria, podendo então ser calculado somente para produtos sólidos, uma vez que o líquido apresenta uma porcentagem de água em sua composição. Segundo o texto, para se ter uma PRNT 100%, é necessário aplicações sucessivas de acordo com as recomendações técnicas. Cabe então a pergunta: consegue-se fazer a aplicação de pequenas doses de reposição de dois em dois anos para se ter essa PRNT-100%? Não basta se ater a fatores técnicos, mas há fatores práticos que devem ser considerados.

Quando se quer contestar algum produto, é preciso, no mínimo, o conhecimento quanto a sua composição e seu funcionamento. No referido caso do corretivo líquido, o que se percebe é um desconhecimento quanto à sua característica química e física. O produto é constituído de nanopartículas e não de partículas de 200 angstrom, e a título de curiosidade 1 angstrom equivale a 0,1 nm. A base química do produto é CaO e MgO e não de CaCO_3 e MgCO_3 o que confere uma diferença de eficiência. A dose recomendada do corretivo líquido é 5L para cada tonelada de calcário recomendada pela análise do solo e não de 1L para cada tonelada.

Talvez a irresponsabilidade e o desserviço ao país não esteja sendo exercida pela Fertec, que lança no mercado um produto que pode revolucionar todo o processo de calagem, como vem sendo feito em outros países. Mas pessoas que, sequer têm o cuidado de tomar conhecimento correto quanto as suas características químicas e físicas, questionam o seu funcionamento sem realizar testes para verificação – o que seria o papel da pesquisa”.



Correção: Sustentabilidade

Na nota publicada pelo BI 1220 – “Sustentabilidade Ambiental é tema em audiência pública” (pág. 27) – foi omitido que a reunião teve a presidência da senadora Vanessa Grazziotin (AM), no detalhe da foto ao lado. A senadora também preside a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) do Congresso Nacional. Na foto acima, da esquerda para a direita, o diretor financeiro da FAEP, João Luiz Rodrigues Biscaia, deputado estadual Rasca Rodrigues (PV), deputada federal Rosane Ferreira (PV), deputado federal André Zacharow (PMDB), senador Sérgio

Souza (PMDB), a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB), o engenheiro agrônomo da Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar), Sílvio Krinski, e a pesquisadora da Embrapa Florestas do Paraná, Josiléia Acordi Zanatta. Também participaram dos debates os técnicos das Secretarias de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, da Ocepar e da Embrapa.

Erramos

Na matéria “Quais os caminhos dos hortifrutigranjeiros”, publicada no BI 1218, não citamos que o Sebrae – Paraná também é parceiro do Sistema FAEP nos cursos de “Boas Práticas de Distribuição”, ofertado aos permissionários da Ceasa Curitiba, e o “Boas práticas Agrícolas”, destinado aos produtores rurais da Região Metropolitana. O Sebrae também é uma das entidades que participa do projeto de readequação das Ceasas paranaenses.

Informe

FUNDEPEC-PR

SÍNTESE DO DEMONSTRATIVO FINANCEIRO FINDO 31/05/2013

HISTÓRICO/CONTAS	RECEITAS EM R\$				DESPESAS EM R\$			SALDO R\$
	REPASSE SEAB		RESTITUIÇÃO DE INDENIZAÇÕES	RENDIMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	INDENIZAÇÕES	FINANCEIRAS /BANCÁRIAS	
	1-12	13						
Taxa Cadastro e Serviços D.S.A	403.544,18	-	-	138.681,09	**542.225,27	-	-	27.546.037,70
Setor Bovídeos	8.444.549,48	-	-	20.906.930,44	-	2.341.952,64	-	12.352.736,29
Setor Suínos	3.560.137,02	6.763.182,00	-	2.210.936,26	-	181.518,99	-	3.662.933,79
Setor Aves de Corte	1.481.958,15	-	-	2.180.975,64	-	-	-	144.410,68
Setor de Equídeos	53.585,00	-	-	90.825,68	-	-	-	14.864,95
Setor Ovinos e Caprinos	123,76	-	-	9.026,34	-	-	-	149.511,41
Setor Aves de Postura	37.102,41	-	-	112.409,00	-	-	-	(141.031,00)
Pgto. Indenização Sacrifício Animais *	-	-	-	-	-	141.031,00	-	(77.567,43)
CPMF e Taxas Bancárias	-	-	-	-	-	-	77.567,43	141.031,00
Rest. Indenização Sacrifício Animais *	-	-	141.031,00	-	-	-	-	-
TOTAL	13.981.000,00	6.763.182,00	141.031,00	25.649.784,45	**542.225,27	2.664.502,63	77.567,43	43.792.927,39
SALDO LÍQUIDO TOTAL								43.792.927,39

NOTAS EXPLICATIVAS

1) Repasses efetuados pela SEAB/DEFIS de acordo com o convênio: 1º - 14/12/2000 >> R\$ 500.000,00 | 2º - 23/07/2001 >> R\$ 2.000.000,00 | 3º - 04/09/2001 >> R\$ 380.000,00 | 4º - 28/12/2001 >> R\$ 2.120.000,00 | 5º - 21/05/2002 >> R\$ 710.000,00 | 6º - 26/07/2002 >> R\$ 2.000.000,00 | 7º - 16/12/2002 >> R\$ 2.167.000,00 | 8º - 30/12/2002 >> R\$ 204.000,00 | 9º - 08/08/2003 >> R\$ 600.000,00 | 10º - 08/01/2004 >> R\$ 400.000,00 | 11º - 30/12/2004 >> R\$ 1.300.000,00 | 12º - 01/12/2005 >> R\$ 1.600.000,00 | 12º - 17/12/2012 >> R\$ 6.763.182,00

2) Valores indenizados a produtores e restituídos pelo MAPA. (*)

3) Setor de Bovídeos (**)

a) Valor total da conta Taxa de Cadastro e Serviço (repassa mais rendimentos financeiros) da DSA referente ao setor de Bovídeos = R\$542.225,27

b) Valor total retido pela SEAB/DEFIS, referente ao total da conta taxa de cadastro e serviços da DSA do setor de Bovídeos = R\$ 542.225,27

4) Conforme Ofício nº 315/2004-Defis, valor transferido da sub-conta do Setor de Bovídeos e creditado para sub-conta do Setor de Ovinos e Caprinos, R\$ 5.714,85.

Ágide Meneguette
Presidente do Conselho Deliberativo

Ronei Volpi
Diretor Executivo

Simone Maria Schmidt
Contadora | CO PR-045388/0-9

FUNDEPEC - PR - entidade de utilidade pública - Lei Estadual nº 13.219 de 05/07/2001.

Posse

Cafelândia

No dia 25 de maio, foi empossada a diretoria eleita do Sindicato Rural de Cafelândia. Esteve presente a cerimônia o vice-presidente da FAEP, Paulo Orso. Foram eleitos: Gilberto Lazzarin como presidente; Paulo Cesar Cunha como vice-presidente; José Marcio Cunha como secretário e Luiz Antonio Motter como tesoureiro. Essa diretoria fica no cargo até 25 de maio de 2016.



Posse

Joaquim Távora

O Sindicato Rural de Joaquim Távora tem novo presidente – Arnaldo Teixeira. Ele assumiu o cargo no dia 27 de maio junto com: Joel Alvarenga como vice-presidente; Gilson Cesar Pancier como secretário e Tarcizo Messias dos Santos como tesoureiro.



Posse

Apucarana

O Sindicato Rural de Apucarana tem novo presidente desde o dia 24 de maio. Para o cargo foi eleito Claudomiro Rodrigues da Silva. Junto com ele foram eleitos: Renato Franciscan como vice-presidente; Jorge Nishikawa como secretário e Luiz Fermino como tesoureiro.



Posse

Céu Azul

No dia 24 de maio, foi empossado o novo presidente eleito do Sindicato Rural de Céu Azul. Junto com ele também foram empossados José Geraldo de Castro como vice-presidente; Aldo Tasca como secretário e Rafael Marioto como tesoureiro. A cerimônia contou com a presença do vice-presidente da FAEP, Paulo Orso.



Posse

Cascavel

No dia 22 de maio, foi empossada a diretoria eleita do Sindicato Rural de Cascavel. Paulo Roberto Orso foi reeleito como presidente. Junto foram eleitos: Gelso Paulo Ranghetti e Modesto Felix Daga como vice-presidentes; Paulo Cezar Vallini e Gion Carlos Gobbi como secretários e Genor Fraree Renato Archile Martin como tesoureiros.



Posse

Londrina

Em 4 de maio, foi empossada a diretoria eleita do Sindicato Rural de Londrina. Narciso Pissinatti como presidente; Luiz Fernando de A. Kalinowski, Vilson Mouro e José Roberto Mortari como vice-presidentes; Edson Dornellas, Roberto Gonçalves, Adão de Pauli e Lilian Azevedo Miranda como secretários e João Baptista de Arruda P. Filho, Mylton Casaroli Jr. e Sergio Fumihiko Adaniya como tesoureiros.



Posse

Ribeirão Claro

No dia 22 de maio, foi empossada a diretoria eleita do Sindicato Rural de Ribeirão Claro. Foram eleitos: Marcos Minghini Coelho Loureiro como presidente; Luiz Wolfgang T. V. Rainer Harbach e Antônio Eduardo Bechara como vice-presidentes; Helio Monchelato Filho e Jair Martini como secretários e José Carlos Neia e Olivio Yosinori Furusho como tesoureiros.

Posse

Bela Vista do Paraíso

No dia 2 de junho, foi empossado Igberto Roela da Silva como novo presidente do Sindicato Rural de Bela Vista do Paraíso. Junto foram eleitos: Florindo Palu como vice-presidente; Ricardo Gomes de Araújo como secretário; Osvaldo Magnani como tesoureiro.

Posse

Cruzeiro do Oeste

No dia 28 de maio, foi empossada a diretoria eleita do Sindicato Rural de Cruzeiro do Oeste. Foram eleitos: Shoiti Yoshioka como presidente; Julio Cesar Meneguetti como vice-presidente, Luiz Claudio Marcon como secretário e Sergio Zamora como tesoureiro.

Posse

Maria Helena

No dia 28 de maio, tomou posse a diretoria eleita do Sindicato Rural de Maria Helena. Foram eleitos: José Pazini como presidente; José Martins Ferreira como secretário e Ismar Migliorini. Essa diretoria fica no cargo até 28 de maio de 2016.



O Banqueiro

Certa tarde, um famoso banqueiro ia para casa em sua “limusine”, quando viu dois homens à beira da estrada comendo grama. Ordenou ao seu motorista que parasse e, saindo, perguntou a um deles:

- Por que vocês estão comendo grama?
- Não temos dinheiro para comida – disse o pobre homem... Por isso, temos que comer grama.
- Bem, então venham à minha casa e eu lhes darei de comer – disse o banqueiro.
- Obrigado, mas tenho mulher e dois filhos comigo. Estão ali, debaixo daquela árvore.
- Que venham também – disse novamente o banqueiro. E, voltando-se para o outro homem, disse-lhe:

– Você também pode vir.

O homem, com uma voz muito sumida disse:

– Mas, senhor, eu também tenho esposa e seis filhos comigo!

– Pois que venham também – respondeu o banqueiro. E entraram todos no enorme e luxuoso carro.

Uma vez a caminho, um dos homens olhou timidamente o banqueiro e disse:

– O senhor é muito bom... Obrigado por nos levar a todos!

O banqueiro respondeu:

– Meu caro, não tenha vergonha! Fico muito feliz por fazê-lo! Vocês vão ficar encantados com a minha casa... A grama está com mais de 20 centímetros de altura!

Moral: Quando você achar que um banqueiro (ou banco) está lhe ajudando, não se iluda! Pense mais um pouco antes de aceitar qualquer acordo...

Bonitinha

A aranha havaiana tem parte do corpo que parece sorrir para quem a vê. A *Theridion grallator*, mais conhecida por aranha de cara feliz, tem apenas cinco milímetros de comprimento e é nativa de diversas ilhas do Havaí.



Onde você se enquadra?

ACAROFOBIA - Medo mórbido de contrair a sarna ou da infestação da pele com pequenos organismos rastejantes.

ACROFOBIA - Medo de lugares muito altos.

ELUROFOBIA - Medo mórbido aos gatos.

EMETOFOBIA - Medo doentio de vomitar.

NICTOFOBIA - Medo da noite, da escuridão.

OCLOFOBIA - Aversão ou horror a plebe ou multidão.

500 por minuto

Não existe a chamada “leitura dinâmica”. Ao menos se o seu conceito de “leitura” significa compreender o texto. Estudos mostram que os leitores rápidos vão muito pior quando questionados sobre o texto. A resposta motora da retina e o tempo que a imagem leva para ir da mácula para o tálamo e, em seguida, ao córtex visual para processamento, limitam os olhos para cerca de 500 palavras por minuto, em eficiência máxima.





Efeito colateral

Algumas profissões acabam tendo mais pessoas acima do peso do que outras pelo simples fato de o empregado não ter tempo de comer comida de verdade. Os sandubás e seus parentes provocam quilos a mais para a balança, são elas: Engenheiro (56% ganham uns quilinhos); professor (51%); enfermeiro e assistente médico (51%); gerente de TI e administrador de redes (51%); advogado e juiz (48%); operador de máquina (45%); cientistas, biólogos, físicos e sociólogos (39%). Produtor e trabalhador rural emagrecem, pois comem da horta e rodam a propriedade.

Queimada Grande, Brasil

A ilha Queimada Grande, a 35 quilômetros da costa, no litoral de São Paulo, é como um verdadeiro inferno sobre a Terra. A ilha só é paradisíaca vista à distância, pois conta com nada mais nada menos do que nove serpentes por metro quadrado e milhares de aranha. A entrada nela só é permitida com aval da marinha.



Caranguejaço I

O caranguejo dos coqueiros é o maior artrópode terrestre do mundo. Ele pode ser encontrado em várias ilhas no Oceano Índico, em algumas ilhas a leste do Oceano Pacífico. A sua dieta consiste principalmente em frutos carnosos, nozes e sementes, folhas, cascas de ovo de tartarugas e do miolo de árvores mortas. Pode chegar a ter um metro comprimento e a pesar uns estrondosos 17 kg.



Caranguejaço II

No mar revolto de Behring, no Alasca, enfrentando baixíssimas temperaturas e trabalhando até 18 horas, mas com salários que podem chegar a US\$ 100 mil, uns poucos aventureiros buscam caranguejos gigantes vermelhos. É considerado o emprego mais perigoso do mundo. São 70 barcos licenciados para pescar os crustáceos em apenas duas semanas, período em que os EUA liberam a pesca na região. Cada barco, com cinco homens e o capitão, retira 90 toneladas do animal, que chega a custar 10 dólares o quilo. Em São Paulo, ele é vendido a R\$ 180 o quilo do pequeno e R\$ 380,00 o grande. Aproveite!



A ESTRANHA PASSAGEIRA

• Stanislaw Ponte Preta

– O senhor sabe? É a primeira vez que eu viajo de avião. Estou com zero hora de voo – e riu nervosinha, coitada.

Depois pediu que eu me sentasse ao seu lado, pois me achava muito calmo e isto iria fazer-lhe bem. Lá se ia a oportunidade de ler o romance policial que eu comprara no aeroporto, para me distrair na viagem.

Suspirei e fiz de bacana, respondendo que estava às suas ordens. Madame entrou no avião sobraçando um monte de embrulhos, que segurava desajeitadamente. Gorda como era, custou a se encaixar na poltrona e a arrumar todos aqueles pacotes. Depois não sabia como amarrar o cinto e eu tive que realizar essa operação em sua farta cintura.

Afinal, estava ali pronta para viajar. Os outros passageiros estavam já se divertindo às minhas custas e a coisa foi ficando ridícula.

– Para que esse saquinho aqui? – foi a pergunta que fez, num tom de voz que parecia que ela estava no Rio e eu em São Paulo.

– É para a senhora usar em caso de necessidade – respondi baixinho.

– Uai, as necessidades neste saquinho?! No avião não tem banheiro?

Alguns passageiros riram, outros – por fineza – fingiram ignorar o lamentável equívoco da incômoda passageira de primeira

viagem. Mas ela era um azougue (embora com tantas carnes parecesse um açougue) e não parava de badalar. Olhava para trás, olhava para cima, mexia na poltrona e quase levou um tombo, quando puxou a alavanca e empurrou o encosto com força, caindo para trás e esparramando embrulhos para todos os lados.

O comandante já esquentara os motores e a aeronave estava parada, esperando ordens para ganhar a pista de decolagem. Ela apertava os olhos e lia qualquer coisa. Logo veio a pergunta:

– Quem é essa tal de emergência que tem uma porta só para ela? Expliquei que emergência não era ninguém, a porta é que era de emergência.

Madame sossegou e os outros passageiros já estavam conformados com o término do “show”, se acomodando para tirar uma pestana durante a viagem. Foi quando madame deu o último vexame. Olhou pela janela (ela pedira para ficar do lado da janela para ver a paisagem) e gritou:

– Puxa vida!!

Todos olharam para ela, inclusive eu. Madame apontou para a janela e disse:

– Olha lá embaixo.

Eu olhei. E ela acrescentou: – Como nós estamos voando alto, moço. Olha só: o pessoal lá embaixo até parece formiga.

Suspirei e lasquei:

– Minha senhora, aquilo são formigas mesmo. O avião ainda não levantou voo.

Escritor, jornalista, Stanislaw Ponte Preta, pseudônimo do escritor Sérgio Porto, nasceu em janeiro de 1923 na cidade do Rio de Janeiro, onde faleceu em 30 de setembro de 1968. Autor de 13 livros, todos com textos saborosos, inclusive o Fepeapá 1 e 2 – o Festival de Besteira que Assola o País. Se estivesse vivo, não lhe faltariam assuntos para o Febeapá 3.



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___
Em ___/___/___

Responsável _____

SISTEMA FAEP



A versão digital deste informativo está disponível no site:

sistemafaep.org.br